

*Do Muito Virtuoso
Senhor Ifante Dom Fernando
a El Príncipe Constante*

Reconhecimentos que contam

Em Janeiro de 1804, Goethe escrevia a Schiller mais ou menos isto:

(...) dou-lhe notícia de duas obras de arte que me chegaram (...)

A segunda é uma peça de Calderón. Fernando, príncipe de Portugal, morre na escravidão em Fez, porque não quer que se entregue Ceuta, que é exigida como resgate para a sua libertação. Tal como nas peças anteriores, sobretudo à primeira leitura, é-se interrompido no gozo do pormenor por variadas causas; mas, quando se chega ao fim, e a ideia se eleva aos olhos do espírito como uma fénix das chamas, julga-se nunca se ter lido nada de tão primoroso. Merece certamente ser colocada ao nível da *Meditação aos Pés da Cruz*; podemos até dar-lhe um lugar cimeiro, talvez porque a lemos mais recentemente e porque o assunto, bem como o seu tratamento, é bem digno de ser amado, no mais elevado sentido. Apetece-me dizer que, se a poesia desaparecesse por completo da face da terra, podíamos reconstituí-la a partir desta peça.¹

Goethe lera por certo a primeira edição (1803) da tradução alemã de Schlegel, mas será talvez o aparecimento da segunda, em 1809, que o estimula à apresentação da peça no teatro do Ducado de Weimar, ponto de partida de

¹ *Der Briefwechsel Zwischen Sciller und Goethe*, Vol. II, 1798-1805, Munchen, Verlag C. H. Beck, 1984, 478:«(...) gebe ich Nachricht von zwei Kunswerken, die bei mir angelangt sind.(...)Zweitens ein Stück von Calderón. Fernando, Prinz von Portugal, der zu Fez in der Sklaverei stirbt, weil er Ceuta, das man als Lösepreis für ihn fördert, nicht will herausgeben lassen.Man wird, wie bei den vorigen Stücken, aus mancherlei Ursachen im Genus des einzelnem, besonders beim ersten Lesen, gestört;wenn man aber durch ist und die Idee sich wie ein Phönix aus den Flammen vor den Augen des Geistes emporhebt, so glaubt man nichts Vortrefflichers gelesen zu haben. Es verdient gewis neben der *Andacht zum Kreuze* zu stehen, ja man ordnet es höher, vielleicht weil man es zuletzt gelesen hat und weil der Gegenstand sowie die Behandlung im höchsten Sinne liebenswürdig ist.Ja ich mochte sagen, wenn die Poesie ganz vor der Welt verlorenginge, so könnte man sie aus diesem Stuck wiederherstellen.»

sucessivas vagas de interesse pelo texto calderoniano na Alemanha dos séculos XIX e XX.²

Schlegel, Schiller e Goethe, por muito motivados que estivessem pelo ideário romântico que tão apaixonadamente apadrinharam, não eram insensíveis a destrinças: entre o bom e o mau, o suficiente e o medíocre, o impacto do passageiro e o impacto do que viera para ficar, aceitavam escolher e recomendar.

El Príncipe Constante, obra de um espanhol de 28 anos chamado Pedro Calderón de la Barca, que viveu e morreu no século XVII, estava de facto fadado para ser guardado pela história do teatro literário, para resistir ao abalo das modas e das mudanças, ao impiedoso cerco dos espaços e das admirações de ocasião.

No século XIX ainda, apreciaram-no a França e a Inglaterra (traduções francesas de 1827-28 e 1841-44 e versão inglesa de 1853), depois da Itália (tradução de 1824), a Polónia (tradução/adaptação de 1844) e a Hungria (tradução de 1870); dobrado já o século XX, outras versões se impuseram: a russa (1902 e 1961), a checa (?), a sueca (1904), a holandesa (1944) e outras mais em países em que não seriam as primeiras.³

Cabe, então, perguntar se, com um protagonista português, um *Infante Santo*, mesmo que não canonizado, que nos habituámos venerar por uma virtuosa perseverança, um príncipe que, desde os nossos tenros anos, nos desenharam como modelo (ainda será assim?), alguma tradução portuguesa entre nós apareceu, a atestar, pelo menos, um agradecimento (ao autor e à sua criação) ou se algum espectáculo (de ontem ou de hoje) recompôs nos nossos palcos essas cenas longínquas de heroísmo e dedicação, trazidas em versos que tantos outros souberam apreciar.

A pergunta tem toda a razão de ser, a resposta irá sendo dada aos poucos, à medida que avançarmos num trabalho que não pretende ser mais *um título bibliográfico* a prestar contas dos invejáveis dotes poético-dramáticos por tantos já avaliados (embora sempre os acrescentos sejam bem vindos), antes foi pensado como uma espécie de reapreciação do encadeamento de textos peninsulares em torno da figura de D. Fernando (com o olhar voltado para Calderón, naturalmente), a partir de algumas premissas que têm a ver com interpretações que, sendo históricas ou prioritariamente literárias, também com a hagiografia conservam o seu parentesco.

Antes, porém, de pela escolhida senda nos adentrarmos, uma última informação sobre o talvez mais célebre espectáculo moderno centrado na peça

² Praticamente, todas as edições de *El Príncipe Constante* dão contas deste interesse, especificando modos diversos de o manifestar. Apesar de certos defeitos, consulte-se, a título exemplificativo, a da editorial Cátedra, Madrid, 1996.

³ Pelo que ao século XX respeita, com informação sobre representações e traduções, consulte-se *Calderón en Escena. Siglo XX*, Madrid, 2000.

calderoniana, o que dirigiu Jerzy Grotowski no Théâtre de Nations, em França, no ano de 1966, dividindo assistência e críticos entre fanáticos apoiantes e severos juízes, com uma proposta de quase sádica insistência na crueldade humana de que o corpo do principal actor ia dando provas, nos limites de uma capacidade de resistência que quase só na agonia de Cristo tinha um paralelo à altura.

Arrancou a experiência da adaptação polaca de Julius Slowacki (1844) que, romântico e polaco, em Calderón, mais intensamente recolheu o aprendizado de um sofrimento passivo de um oprimido do que o filão subjacente do conflito de religiões. Reeditado em 1930, e seguido na sua lógica interpretativa, o texto foi adoptado pelo teatro laboratório de Wrocław, que Grotowski orientou entre 1965 e 1968, com critérios *cientificamente preferenciados* que ora o aproximavam, ora o afastavam do original espanhol, com um final que nem sequer dramatizava a vitória última dos cristãos.

No palco, independentemente das rigorosas exigências postas ao protagonista, apreciava-se uma talentosa Companhia, em que significativamente se cruzavam os papéis e inteligentemente se contradiziam os registos, numa conseguida (?) tentativa de modular por imperativos do século XX uma peça recheada de condimentos seiscentistas ibéricos.⁴

Sendo, contudo, desta feita, o nosso alvo bem outro, permitimo-nos ultrapassar juízos sobre a qualidade do grande homem de teatro que foi Grotowski (1999), retroceder no tempo e dar o sinal de partida para a anunciada revisão do circuito textual que foi possível enlaçar.

Com Camões na encruzilhada

Terá realmente lançado Camões a primeira pedra para a imposição mítica da figura de D. Fernando como mártir voluntário, corajosamente rejeitando a troca da sua libertação pela restituição de Ceuta aos muçulmanos?⁵

Possível, possível não deixa de ser, mas nisso não vale a pena fazer finca pé, porquanto, se os juízos sobre o Infante Santo algumas reviravoltas têm conhecido, ao longo dos séculos, quem sabe de que outra documentação ainda poderemos vir a dispor para melhor e mais frutuamente nos enredarmos nos retoques de um perfil que, valha a verdade, só a uma reduzida parcela de gente inquieta continua a interessar, uma vez que à desavença entre o rigor de uma

⁴ Sobre o trabalho de Grotowski, leia-se o contributo de Serge OUKNINE, *Les Voies de la Création Théâtrale*, 1, Paris, 1985.

⁵ Tive particularmente presente, em parte do que a seguir escreverei, Albert E. SLOMAN, «The Sources of Calderón's *El Príncipe Constante*», *Modern Language Studies*, Oxford, Basil Blackell, 1950. Trata-se de um estudo aprofundado e bem documentado.

praticamente aceite verdade histórica e o labor do imaginário colectivo não será fácil colocar um termo (e será desejável?).⁶

Para começar, a Camões o que a Camões pertence, quando, no Canto IV d' *Os Lusíadas*, ao referenciar as desditas de D. Duarte, como o contraponto da Fortuna às vitórias da *ínclita geração*, nos conta entre magoado e orgulhoso:

Viu ser cativo o santo irmão Fernando
(Que a tão altas empresas aspirava),
Que, por salvar o povo miserando
Cercado, ao Sarraceno se entregava.
Só por amor da pátria está passando
A vida, de senhora, feita escrava,
Por não se dar por ele a forte Ceita.
Mais o público bem que o seu respeita.

Codro, por que o inimigo não vencesse,
Deixou antes vencer da morte a vida;
Régulo, porque a pátria não perdesse,
Quis mais a liberdade ver perdida.
Este, por que se Espanha não temesse,
A cativo eterno se convida!
Codro nem Cúrcio, ouvido por espanto,
Nem os Décios leais, fizeram tanto.⁷

Comentemos as achegas: primeira (atrás adiantada), se um *santo* irmão teve o rei, decorreu essa *santidade* do oferecimento espontâneo a um pesado cativo; segunda, o suporte para tão difícil e corajosa opção não foi senão o da incontornável fidelidade à pátria.

Para os de menos memória, a recapitulação: Codro deixou-se matar para evitar o triunfo dos dórios sobre Atenas, Régulo, prisioneiro em Cartago, tendo sido mandado a Roma para preparar um tratado de paz que permitisse permuta de prisioneiros (no número dos quais se encontrava), aconselhou o Senado a não o levar por diante, tendo sido morto ao regressar a Cartago; os Décios (pelo menos, pai e filho) foram vencidos e traiçoeiramente assassinados quando tentavam cortar a retirada dos inimigos, Cúrcio tombou numa cova armadilhada para que se não enfraquecesse o ânimo dos seus.

⁶ O que, sim, julgamos saber é que D. Fernando está depositado no Mosteiro da Batalha, na capela real, na parede sul; tem como divisa *le bien me plet*; deve ter tido a encimar o túmulo pequenas gravuras com fases do seu martírio, mas hoje, delas, não restam traços.

⁷ Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto IV, estrofes 52-53.

Codro, Décios, Régulo, Cúrcio, cada qual a seu modo, pela pátria ofereceram a vida. As comparações não poderiam ser mais explícitas em termos de assumida coragem e desprendimento pessoal.⁸

Ora, a verdade é que, se por um lado, esta *camoniana* abnegação do Infante (falo do voluntário sacrifício, não da paciência na adversidade), que se saiba, ainda não tinha sido aduzida por historiadores e biógrafos, também verdade é que, de martírio em defesa da fé cristã, não há por aqui entusiasmantes notícias.

Tentemos então acertar o passo com anteriores e posteriores relatos, neles atentando como espaços de reflexão para o que, até tempos de Calderón de la Barca, terá sido o xadrez interpretativo (e nem sempre coincidente) da estatura moral, da *via dolorosa* e dos favores sobrenaturais ao Infante D. Fernando.

Um tanto (mas não só) para não atrasar o encontro com *El Príncipe Constante*, haverá que seleccionar directrizes, visto que nem todas as vicissitudes do nosso protagonista nos importa visitar com o mesmo intento pesquisador.

Assim, tomaremos como linhas mestras os binómios patriotismo *vs* religiosidade e auto-sacrifício *vs* sacrifício imposto, as etapas e os contornos do martírio, as visões e os milagres e as desencontradas indicações sobre a sua trasladação para Portugal, não significando isto necessariamente que nos furtemos, de quando em vez, à aproximação de outros troços *aparentemente* biográficos que possam ser-nos úteis nesta rede de (des)encontros a deslindar, como será o caso das manifestações virtuosas do Infante.⁹

Começar pelo princípio não é tarefa de alto risco.¹⁰

É prática aceitar as dívidas de Camões para com Rui de Pina, no que com o acontecer histórico realmente se prendem *Os Lusíadas*; se outras fontes

⁸ *O motivo de Régulo* (Marcus Atilius Regulus) entrou na Literatura, talvez a partir de uma ode de Horácio (Livro III, 5).

⁹ Embora com grande salto no tempo, e sem que neste artigo naturalmente como *corpus* os retenhamos, lembremos os belos versos de Fernando Pessoa, na *Mensagem*: «Deu-me Deus o seu gládio porque eu faça/A sua santa guerra./Sagrou-me seu em honra e em desgraça./Às horas em que um frio vento passa/Por sobre a fria terra. (...) E eu vou, e a luz do gládio erguido dá/Em minha face calma./Cheio de Deus não temo o que virá./Pois, venha o que vier, nunca será /Maior do que a minha alma».

¹⁰ Antes de nos centrarmos nos textos que ao Infante tomam como protagonista, lembremos que, no *Cancioneiro Geral*, Diogo Brandão assim fala dos irmãos de D. Duarte: «Seus irmãos, os iffantes, que tanta de parte/na vertude teverã, polo bem que obraram./tendo nas vydas trabalhos que farte,/ com tristes socessos algus acabaram.». Cito pela edição de Gonçalves Guimarães, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, III, 4.

terão sido consultadas, pelo menos, o manuscrito do cronista real deverá, afigura-se pacífico, ter sido uma das principais.¹¹

Que nos vem então ensinar o cronista de D. Duarte e de D. Afonso V sobre os sucessos que aqui nos importa não ignorar e sobre alguns dos seus antecedentes que talvez valha a pena não perder por completo de vista?

Pelo primeiro dos textos, ficamos a saber que o Infante, apesar de ter sido provido com o Mestrado de Avis, «lhe parecia que com estas cousas ainda em honra, terras e rendas era desigual em muita parte aos infantes seus irmãos» e «mostrava de si grande descontentamento»¹²; apontadas, por ele próprio, algumas hipóteses de ver acrescidos os seus *escassos* bens, e apesar de muitas reticências por parte de gente de peso na corte, acabaria por ganhar terreno uma sugestão do Infante D. Henrique, nela se encaixando, não só (nem talvez prioritariamente), a justiça de uma recompensa a D. Fernando, como também a resolução de alguns problemas de segurança do reino. Trata-se, claro está, da tentativa de conquista de Tânger.

Esmiuçam-se, então, os preparativos, alinham-se informes sobre a viagem, chega-se evidentemente à derrota dos portugueses e, por fim, ao entendimento para a devolução de Ceuta, ficando, como refém de que assim se faria, o Infante D. Fernando.¹³

Sob grande e compreensível consternação, em Portugal, uns meses depois, convocam-se cortes para Leiria, e, travado o combate das palavras entre prós e contras, nelas se decide que Ceuta não será moeda de troca, o que não significava, diga-se em abono da verdade, desinteresse pela sorte de D. Fernando para cuja libertação se procurariam outros meios.

Tudo isto, apesar de em público ter sido lido «um escrito de apontamentos que o infante D. Fernando, estando ainda em Arzila [para onde fora a partir de Tânger] enviou a ele [ao rei] e a seu Conselho, em que desejoso sair de cativo, apontava algumas causas e razões porque não era serviço del-rei, nem bem de seus reinos manter-se Ceuta pelos cristãos, assinando os danos e perdas e grandes despesas que Portugal pela suster recebia. E assim alegando outras muitas fundadas em uma natural piedade por as quais Ceuta se devia dar por ele (...)».¹⁴

¹¹ As crónicas de Rui de Pina só foram editadas no século XVIII; entre 1790 e 1792, vieram a lume as de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II; muito provavelmente a outro cronista deveriam ser reservados os louros pelo trabalho, mas, neste artigo, vamos considerá-las como suas. Por razões pontuais de ordem prática, farei as citações por *Crónica do Rei D. Duarte*, edição organizada por António Borges COELHO, Lisboa, Editorial Presença, 1966 e *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*, em *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, Porto, 1977.

¹² Rui de PINA, *Crónica do Rei D. Duarte*, 77.

¹³ Por seu turno, os portugueses trariam como refém um filho de Salabensala, governador de Tânger.

¹⁴ Rui de PINA, *Crónica do Rei D. Duarte*, 189.

Malogradas as prometidas negociações, de Arzila foi então o cativo levado para Fez, ainda por escrito dando contas das «ásperas mudanças que em seu cativo já começava de receber, pedindo-lhe [a D. Duarte] sua redenção com palavras assim de razão e piedosas (...)».¹⁵

Morre o monarca, termina Rui de Pina esta crónica e, na seguinte, *de D. Afonso V*, depois de vários capítulos que abarcam problemas da regência e do reino em geral, incluindo referências à questão de Tânger, no LXXXIII, põe-nos a par da morte de D. Fernando, em 1443, de quem afirma que «certo de crer he pyadosamente que morreo santamente, e com esperança de ser Santo e bem aventurado», tendo Deus, por ele, feito «evidentes millagres»; sofreu com «a aspreza do trato e máo cativo», servindo em «ofycios baxos e vys», acabando seus dias numa «mazmorra e prysam muy escura»; esteve o corpo, num ataúde «pendurado por cadêas, sobre uma porta da cidade de Fez» até que, em 1473 [*sic*] vieram os seus restos «por convençã» para Portugal, onde jaz no Mosteiro da Batalha, prosseguindo a senda milagrosa anteriormente iniciada.¹⁶

Fácil de concluir, sem desdouro para ninguém.

Predisposição para o martírio já esboçada na mais provável fonte de Camões? Não parece, antes tentativas várias para a redenção.

Entre as virtudes, se não um rol de méritos iniciais, pelo menos, a paciente resignação, talvez, a partir do facto consumado do perpétuo cativo. Milagres? Deles não fala o épico, mas a Rui de Pina parecem não ter escapado e deles se voltará a falar, com eles teremos de nos contentar, por enquanto, como indicadores da santidade que cedo começa a pairar como apanágio do Infante, apesar de muito não termos concluído sobre o seu intento de cruzada, nem sobre visões e confortos celestes termos tido qualquer conhecimento.

Para à verdade não faltarmos, acrescentemos ainda que bem pouco esclarecidos ficamos sobre a dimensão do seu apregoado patriotismo em posteriores versos que valem por si mesmos.

Historicamente correcta, essa sim, a vinda da ossada para a Batalha, como seria de esperar.¹⁷

Prossigamos, porém, lembrando que o cronista oficial não foi o primeiro a passar a escrito as desventuras do príncipe cativo, uma *biografia* sua nos fora já legada por Frei João Álvares (1406?-1490?) que, em Fez, acompanhou o Infante durante onze anos; libertado em 1448, voltou em 1450 ao norte de África e conseguiu trazer as vísceras de D. Fernando, que, com algumas cumplicidades, havia escondido, seguindo-as, já como inestimáveis relíquias, até ao Mosteiro da Batalha.

¹⁵ Rui de PINA, *Crónica do Rei D. Duarte*, 197.

¹⁶ Rui de PINA, *Chronica do senhor rey D. Afonso V*, 690-691.

¹⁷ A data da vinda da ossada de D. Fernando deve estar incorrecta; seria 1471 e não 1473, mas a informação sobre um acordo implícito de troca de prisioneiros deve ser certa.

Do seu *Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Senhor Ifante Dom Fernando* conserva-se um manuscrito na Biblioteca Nacional de Madrid que, editado em 1911 por Mendes dos Remédios, tem desde 1960 uma mais correcta versão.¹⁸

De uma edição de 1527, diferentemente intitulada, «corregida e emendada por Ierónimo Lopez escudeiro fidalgo da Caza delRey Nosso Senhor»¹⁹ apenas nos resta a informação de Barbosa Machado, mas de uma outra, de 1577, «reuísta e reformada ora de nouo pelo padre Frey Hieronymo de Ramos», encontramos exemplares em quatro bibliotecas, entre as quais a Nacional de Lisboa e fácil nos é consultá-la no mesmo volume que integra a mais actual edição do manuscrito.²⁰

Sem sabermos ao certo que emendas devemos atribuir a Jerónimo Ramos, uma vez que desconhecemos o texto de 1527, do cotejo entre o manuscrito editado e a obra de 1577, fica-nos a convicção de que poucas alterações foram feitas, embora uma delas nos vá merecer relativa detença.

Trata-se claramente de obra sob encomenda, com matizes por demais evidentes de narrativa hagiográfica tardo-medieval, aparecendo-nos a figura do protagonista qual Cristo virtuoso e sofredor, nas atitudes, nos tormentos, na dádiva de si.²¹

Depois dum capítulo introdutório que com o autor tem a ver, diz-se-nos do «miraculoso nascimento do Iffante Dom Fernando», e inventariam-se, com cuidada mas sóbria concretização, as suas virtudes: a religiosidade, a humildade, a caridade com o próximo, a honestidade, a castidade e algumas outras, tanto teologais como morais. Com alguma brevidade são relatados os factos que levaram ao cativo, sem lugar para demonstrações de alguma ambição por parte de D. Fernando, e será neste que Frei João Álvares e o editor de 1577 propositadamente se demorarão.

Os vexames entre Tânger e Arzila, a crueldade no trajecto entre Arzila e Fez, a vida na «masmorra», os «ferros», a solidão final, os trabalhos em «estrebarias » e «ruas» serão impressivamente desdobrados, a par das traições

¹⁸ Frei João ÁLVARES, *Obras*, edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida CALADO, volume I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1960. Além do *Trautado*, o volume contém a *Chronica dos feitos, vida e morte do Iffante sancto Dom Fernando, que morreu em Fez; revista e reformada agora de nouuo pelo padre Frey Hieronymo de Ramos, da Ordem dos Pregadores: de mandado do Sereníssimo Cardeal-Infante, e a elle dirigida*, com licença do Côselho geral do sancto Officio, e Ordinario, 1577.

¹⁹ Fr. João ÁLVARES, *Obras*, XX.

²⁰ Sobre manuscritos e edições, ver Fr. João ÁLVARES, *Obras*, XV e XIX-XXI.

²¹ Sobre o texto de Frei João Álvares, foi apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1999, uma dissertação de Mestrado de Luís Inglês FONTES, *Percursos e memória: do Infante D. Fernando ao «Infante Santo»*, que presta minuciosa conta das suas principais características e ensinamentos.

dos mouros («aqueles menistros de Satanas») e dos avanços e recuos nas sempre goradas diligências para o resgate.²²

Milagres também os há e não são para desprezar. Acompanhando Frei Jerónimo Ramos (já que ao manuscrito faltam alguns fólhos), sabemos de estranhas claridades, da conversão de um renegado, de curas, enquanto o corpo se encontrava exposto nos muros de Fez; sabemos de uma Beatriz Álvares que confirmou uma espécie de *multiplicação dos pães* (de trigo), em época de carência, e de mais curas, quando as vísceras já tinham sido trazidas para Portugal.

Novidade em 1577 (ou já estaria ela na edição perdida de 1527?) é um último capítulo em que se trata da trasladação do corpo do príncipe;²³ segundo então se diz, teria sido um sobrinho do Rei de Fez, com o tio ofendido por injúrias recebidas, auxiliado por dois cativos cristãos, numa «noite muito escura e de muita chuua», a furtar o «ataúde»²⁴ e a programar a sua passagem para Arzila, de onde em conjunto partiram para o Restelo, e aí foram, com mostras de muita alegria e comoção, acolhidos por D. Afonso V; fizeram-se procissões «sendo juntos todos os prelados, Bispos e Arcebispo com a clerezia»;²⁵ ouvida uma pregação, partiram em cortejo para a Sé, onde se depositaram os ossos, transbordando o contentamento de todos em jogos de canas e corridas de touros,²⁶ apesar da consternação do jovem rei por não querer o Mouro converter-se ao Cristianismo e ficar em Portugal: «despedido delRey e da Rainha e do Príncipe dom João, e de toda a corte (que de todos era prezado) se embarcou pera Fez».²⁷

Celebradas as devidas exéquias, D. Afonso «cumprindo todas as cousas, que à sua alma pertenciam, como era obrigado, mandou sua ossada pera o mosteiro da Batalha da ordem de Sam Domingos, com muita honra, pompa e solenidade».²⁸

²² Fr. João ÁLVARES, *Trautado*, 27 e 43. Algumas curtas frases podem apontar para o que, posteriormente, viria ser defendido por alguns cronistas (e não só), o facto de ser possível considerar duas fases no cativo do Infante, uma anterior à recusa de Ceuta e outra posterior: em Arzila, à chegada, terão os cristãos sido «muy bem guardados, mais enpero fraquamente proveudos de mantimentos» (27) e ainda «muy bem guardados mais de vista que d'aspeza de prisom» (29). É talvez uma diferenciação que convém não esquecer. Jerónimo de Ramos, de quem seguidamente nos ocuparemos, mantém as informações.

²³ Frei João Álvares poderá ter estado presente. Pensa-se que não terá falecido antes de 1490.

²⁴ Fr. João ÁLVARES, *Chonica*, 263.

²⁵ Fr. João ÁLVARES, *Chonica*, 264.

²⁶ Fr. João ÁLVARES, *Chonica*, 266.

²⁷ Fr. João ÁLVARES, *Chonica*, 267.

²⁸ Fr. João ÁLVARES, *Chonica*, 268.

Fundamento histórico para tal muçulmana simpatia, parece não existir; fez-se, na verdade, o resgate do corpo do Infante, em 1471, mas tudo indica que em diferentes circunstâncias....

Claro, que ao *Trautado* de Frei João, dedicado ao Infante D. Henrique (1460), sempre teria de faltar a notícia sobre a trasladação da ossada do cativo, apenas vários anos depois conseguida por troca com familiares da rei de Fez, entretanto feitos prisioneiros pelos portugueses (a «convençã» a que se refere Rui de Pina).

Nós, no entanto, não iríamos secundarizar este passo, pelo simples facto de, em futuras considerações, ainda um sobrinho do rei de Fez connosco vir uma vez mais a travar agradável conhecimento.

Quanto, porém, a um Infante émulo de um Régulo cantado por Horácio e por outros celebrado, nem traços surpreendemos nestes escritos. D. Fernando sofre e ajuda os seus a suportar o sofrimento, não temos dúvidas, mas nunca por vontade de pela pátria se sacrificar; não se oferece, aceita, não se auto-martiriza, resigna-se a um martírio imposto.

De Arzila, segundo Álvares, concorda em fazer petição ao rei, seu irmão:

(...) E por aazo das cortes e dos conselhos que se faziam sobre esto em Portugal, nom embargando que este Ifante escrepvese por seu livramento o melhor que entendia, Çala bem Çala se anojava da perlonga por nom veer o recado que esperava. (...) Esto todo [o pedido para a libertação] escrepveu este Ifante a elREy e a[a] Rainha e aos Ifantes seus irmãos.²⁹

Temendo o envio para Fez, insiste:

(...) temendo a aspereza dos vindoiros trabalhos, escrepveo a elRey todalas razões que tiinha pera o aver de livrar de tanto prigo e esperadas tribulações, pedindo-lhe por merçee que quisesse aver dele piedade e tomase compaixom de sua atribulada vida, a qual a qual a ele aprouvera que já fezera fim (...).³⁰

Não são, porém, semelhantes, mas compreensíveis fraquezas que retiram ao desditado príncipe a aura da santidade, pois é por Deus e pela fé que sofre sem desespero: a prática religiosa, como ficou dito, acompanhou-o sempre, à conquista de Tânger se dispôs «armado do sinal da + sob a guarda do

²⁹ Fr. João ÁLVARES, *Trautado*, 34.

³⁰ Fr. João ÁLVARES, *Trautado*, 38.

alferezde Jhesu Christo São Miguel, que em seu estandarte levava pintado»,³¹ os trabalhos, os aceitou «como quem todo padecia por amor de Deus».³²

Que espanta que, antes de morrer, o viessem confortar a Virgem, S. João Evangelista (que aos pés da cruz de Cristo estiveram) e o seu protector S. Miguel? Sempre os poderes celestes se preocuparam com os homens que a eles souberam acudir, tanto nas ditas como nas desdidas.

Estaria Camões a par dos factos e das linhas em torno deles urdidas pelos narradores dos acontecimentos históricos? Repito que sempre nos têm dito ter ele manuseado escritos de Rui de Pina e podemos admitir, sem qualquer espécie de garantia, que lhe não fosse estranha a *Crónica* de 1527.

Ele, porém, escrevia um poema épico, propunha-se aclamar os valerosos feitos dos portugueses, sobretudo aqueles que mais amor pátrio revelavam, era bom apreciador dos clássicos e escrevia numa época em que a cultura antiga pontificava nas letras e nas artes.

O seu poema adopta esquemas de Virgílio e de Homero, os seus heróis são modelados muitas vezes pelos de gregos e latinos, porque não converter então (ou arrecadar o que provavelmente, *em parte*, o povo já havia sancionado) o *realmente* mártir D. Fernando num *real e voluntário* mártir da portuguesa valentia na defesa da integridade do Império?

Em situação semelhante, dera Régulo o exemplo de condenar-se para salvar Roma dos Cartagineses, recusara a liberdade (a de um homem) para que livres de jugo alheio ficassem outros (muitos homens); o paradigma estava encontrado, encaixava-se bem na epopeia, era grato a Portugal e ao seu rei.

Pela nossa parte, vamos avançar, se não com certezas, pelo menos, com alguma convicção.

Porque, não se pode negar que, com responsabilidade ou não de Camões, meio envolvida pela lenda, sem deixar de conservar o seu fundo histórico, a acarinhada figura do Infante conservaria, em escritos posteriores, a marca de uma austera resistência à entrega de Ceuta em troca da sua própria salvação.

Em 1573, Mármol Carvajal, na sua *Descripción General de Africa, Libro IV*, apesar de razoavelmente informado (conheceria a versão de Rui de Pina?) quanto às circunstâncias da restituição do seu corpo aos portugueses (de troca pela mulher, pela filha e, não sabia ao certo, se também por um filho) de

³¹ Fr. João ÁLVARES, *Trautado*, 22.

³² Fr. João ÁLVARES, *Trautado*, 70.

Muley Xeque,³³ apresenta D. Fernando como o autêntico responsável pela expedição a Tânger e, o que mais nos importa, igualmente como acalorado resistente à devolução de Ceuta:

Y como despues el propio Infante fuesse en que no se entregase aquella frontera a los Moros quiriendo mas morir en captiuerio que ver a los Christianos desapoderados de ella, el Rey de Fez le hizo tantos malos tratamientos teniendole aprisionado en una mazmorra y haciendole almoçar cauallos que vino a enfermar y murio.³⁴

Entre Frei João Álvares e Frei Jerónimo Ramos, nem milagres, nem visões, depois de Camões, nada de comparações elogiativas com grandes patriotas, mas, isso sim, auto-sacrifício e suas justificadas razões, entre as quais a preservação de uma fé que por si mesma se sustentava sem alarde.³⁵

Alguns anos passarão até que, em 1585, outros elementos serão carreados na *Relación del Origen y Suceso de los Xarifes*, de Diego de Torres; sem deixar de insistir na liderança do Infante, o autor traz a informação de uma primeira fase de bom acolhimento em Fez (o rei mouro «siempre tratou al Infante manificamente»,³⁶ antes de ser por ele agressivamente defendida a recusa de Ceuta), conserva a mais credível variante da recuperação dos restos mortais e exalta com algum pormenor o milagre da cura de um cego, preservando, no entanto, a graça de Deus, como principal motor do favorecimento.

No que aos padecimentos se refere, defende persistentemente a atitude de voluntário sacrifício, negando que alguma vez D. Fernando tivesse posto a hipótese da permuta de Ceuta:

Jamas lo consentio, diciendo que Dios nunca quisiese que fuerça que tanta sangre de Christianos avia costado y tanto importava al bien de la Cristiandad, él fuese suelto por ella, y assi se quedó en poder de aquel infiel.³⁷

³³ Luis del MÁRMOL CARVAJAL, *Descripción general de Affrica con todos los successos de guerra y cosas memorables*, Granada, en casa de Rene Rabbut, 1573. O *Libro Quarto* intitula-se *Del Reyno de Fez* e, naturalmente, sem muitas delongas, aqui se contam os episódios da vida de D. Fernando. A citação feita encontra-se em 116v-117. A obra existe em facsímile de 1953, a cargo do Patronato Diego Saavedra Fajardo, Madrid, Instituto de Estudios Africanos.

³⁴ Luis del MÁRMOL CARVAJAL, *Descripción*, 122.

³⁵ Tenha-se em conta que não se trata de uma *biografia*, mas da narrativa abreviada de alguns sucessos, incluídos entre muitos outros.

³⁶ Diego de TORRES, *Relación del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marruecos, Fez, Tarudante y los demas* (edición, estudio, índices y notas de Mercedes García-Arenal), Madrid, 1980, 249. Observe-se, uma vez mais, que se trata de um relato resumido.

³⁷ Diego de TORRES, *Relación*, 249.

Pontos de contacto, evidentemente; insistamos na inquebrantável fé, postura que, de ora avante, não deixaremos de encontrar sublinhada.

Será, de facto, a conotação religiosa (admitamos que, ao menos em parte, legada, pelo *Trautado* e pela *Chronica*) que, à medida que os anos correm e a fama do Infante vai crescendo e recebendo mais afectivos contornos, simultaneamente se vai recheando de visitas do sobrenatural; porque, se é verdade que o aparecimento da Virgem, de São Miguel e de São João ao desditoso prisioneiro vinha já do relato de João Álvares, e se, sobre milágres, algo também sabíamos há muito, será na *Historia y Vida del Religioso Infante Don Fernando*, de Jerónimo Román, que mais empoladamente de muitos extraordinários sucessos se retiram direccionadas conclusões. E com isso nos não admiramos, confrontamo-nos com uma *biografia*, com uma forte tendência digressiva de um escritor e com uma intenção bem expressa, desde o prólogo, de fazer frente *aos novos hereges*, com o recurso a materiais (nomeadamente da Torre do Tombo) que ainda não tinham sido devidamente examinados.³⁸

O que, porém, mais agradavelmente nos surpreende, recuando o olhar até Camões e antevendo já Calderón, é talvez o enlace feito por Román entre o santo e o guerreiro, o religioso e o patriota, abertamente se recuperando o motivo de Régulo que nos não era estranho, mas quase tínhamos posto de lado, sem prejuízo, antes com redobrado panegírico do fervor religioso de um cristão que não deixava de conhecer a fragilidade humana.

Alguns passos do texto são, quanto a isto, particularmente elucidativos e precisos; o Infante não recusa a libertação, mas nunca a aceitará à custa de Ceuta:

Assi escrevio al Rey su hermano que diese ordẽ como salliese de aquella vida tan miserable, la qual el huuiera holgado de auer perdido quando en el campo peleauan, mas pues Dios no lo tuuo por biẽ, que acudiese o cõ dinero, o por otro camino a rescatarlo. Pero aduirtiose que en ninguna manera passase por lo que su hermano el Infante don Enrique el y los demas auian tratado sobre el restituirse a Ceuta, porque de mas importancia era a la Christiandad que se conseruasse aquella fuerça y ciudad para honra del nombre de Christo que no que fuese rescatado un hombre particular, y que no era Rey, porque dandose la

³⁸ *Historia de los dos religiosos infantes de Portugal. Por Fray Hieronimo Roman Frayle y Chronista de la Orden de S. Agustín natural de la ciudad de Logroño, Medina, Sanctiago del Canto, 1595.* Neste volume inclui Jerónimo ROMÁN a *Vida del Religioso Infante don Fernando* e a *Historia de la vida y obras maravillosas dela religiosa Preincesa Doña luana*.

ciudad, quedaua hecha morada de los demonios y poblada de moradores del infierno.³⁹

(...) quiso antes quedar preso y captiuo y morir que no se perdiese una ciudad de Christianos y se entregase a los Moros.⁴⁰

Mais claro não pode ser-se quanto ao voluntariado da decisão. Como mais claro não pode ser-se quanto à aferição da atitude de Fernando pela de Régulo, ainda mais digno do que o patriota romano de ficar na memória dos homens:

Pues si esta gloria deran a aquel Romano, porque antepuso la honra de su ciudad, a su uida y libertad, porque no sera con mayor razón, ilustrada la memoria de un Cathólico Príncipe, que por la gloria de Dios y honra de su fee, y ensalçamiento de su nombre, quiso quedar preso y morir porque los demas quedasen libres.⁴¹

E prossegue o cotejo: um sofreu dois dias, outro seis anos, um para a glória do mundo, outro para a glória de Deus, um com nome nos arcos triunfais, outro com nome no céu.

Deste encadeamento, novos e bem logrados testemunhos nos sairão ao caminho lá mais para diante.

Entretanto, limitemo-nos a reconhecer um outro curioso contributo de Jerónimo Román: conhecedor das duas anteriores interpretações sobre o traslado dos ossos do Infante (ousadia de um sobrinho do rei de Fez ou intercâmbio combinado com D. Afonso V), a ambas apresenta para escolha do leitor, mas bem evidente nos parece que, para a segunda e mais historicamente comprovada, se encaminha.

Roda o tempo, persiste o martírio do Príncipe no imaginário peninsular, continuam os historiadores a alimentar o *culto* pelo cativo de Fez.

E alguns, como Frei Luís de Sousa, com particular brilho, em páginas que ainda hoje lemos com gosto, porque informam e deleitam, aclaram factos e cativam a sensibilidade.⁴²

³⁹ Fr. Jerónimo POMÁN, *Historia y Vida*, 42v-43.

⁴⁰ Fr. Jerónimo POMÁN, *Historia y Vida*, 91v.

⁴¹ Fr. Jerónimo POMÁN, *Historia y Vida*, 92v.

⁴² Refiro-me, claro está, à conhecida *História de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal* de que Frei Luis de SOUSA deu a conhecer, em 1623, a primeira parte; a segunda e a terceira são póstumias (1662 e 1678). Citarei pela edição com introdução e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, Porto, 1977.

Cita o escritor as suas fontes, mas não sem o cuidado de, por vezes, as interrogar, como teremos oportunidade de verificar.

Sobre as principais, afirma:

Seguimos na vida deste Santo a relação que d'ella escreveu João Alvrez, Cavalleiro da Ordem de Avis que foi seu Secretário, e com elle residio em Fez, reformada depois polo Padre Frei Hieronymo Ramos da Ordem de S. Domingos.⁴³

Chegando a Lisboa [o corpo] foi depositado no nosso mosteiro de Freiras do Salvador, onde a Cronica del Rey dom Affonso diz que pregou o Prior de S. Domingos (...).⁴⁴

O cerne da descrição está, uma vez mais, nas fadigas do cativo, entre as quais de somenos não é a fome, mas muito bem marcadas ficam as virtudes do *Santo* (assim repetidamente apresenta ele D. Fernando), pontuadas desde o seu miraculoso nascimento, disponibilidade para obedecer («era hum dos que mais» ...«reprovavão» a expedição a Tânger),⁴⁵ dedicação fora do comum à prática religiosa e às normas fundamentais da vida cristã (caridade, humildade, liberalidade atestadas a cada momento).

A paciência no sofrimento merece-lhe a visão da Virgem («huma Senhora sobre hum Throno assentada»),⁴⁶ «acompanhada de grande número de Bemaventurados»,⁴⁷ no meio deles, um que numa das mãos «tinha humas balanças penduradas»⁴⁸ e outro com «hum calis, e hum livro aberto, no qual se deixavão ler em letras de ouro as primeira palavras do Evangelho de S. João (...).»⁴⁹

Identificados ficariam, pelos seus símbolos, estes dois acompanhantes de Nossa Senhora; mesmo assim, Frei Luís não deixa de reconhecidamente os nomear, com apuro e imaginação, deste modo retomando, para a engrandecer, a aparição que em anteriores escritos havíamos encontrado.

⁴³ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 684.

⁴⁴ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 688.

⁴⁵ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 677.

⁴⁶ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 685.

⁴⁷ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 685.

⁴⁸ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 685.

⁴⁹ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 686.

Entre os milagres, distingue-se a cura do cego mouro,⁵⁰ mas rápida alusão se faz também a muitos outros, sobretudo de restabelecimento de enfermos.

Santo, e como tal, por todos venerado, era, pois, este Infante que por Deus se resignava a tantos e tão fortes sofrimentos; como *santo* seria recebido na bem-aventurança, após a morte e o seu corpo teria jus a especial e magnificente sepultura.

Não descuremos, porém, quatro curiosas observações.

A primeira tem a ver com a semelhança com Régulo e com os Décios, inicialmente aduzida para que possa concluir-se, depois de contados os respectivos feitos, pela supremacia de um príncipe «que se entrega aos inimigos da fé por salvar os seus que vê perdidos».⁵¹

A segunda decorre da exaltação de um comportamento de quem sempre esteve contra a entrega de Ceuta, não hesitando o autor em afirmar que, à resolução das cortes, obrigou «o voto do mesmo infante, que, como verdadeiro Catholico, e amigo da sua pátria, advertio em segredo a el-Rei que tratasse do maior bem da Espanha, e mais honra de Portugal, antes que da vida de hum só homem».⁵²

A terceira prende-se com uma precisão relativamente à principal fonte: há quem admita que, só a partir de 1441, começaram os tormentos (seriam as duas fases do cativo), de acordo com o conteúdo de uma carta «que se mostra no Convento da Batalha escrita polo Infante, a qual por brevidade não trazemos aqui».⁵³

A quarta e última reporta-se à trasladação final e à diversidade de opiniões sobre como decorreu («Nos meios, e modos por quem foi trazido ha variedade entre os escritores, concordando todos na certeza da vinda»)⁵⁴

Assim rezava, pois, esta crónica portuguesa.

Cinco anos volvidos, chegamos a 1628 e à publicação do *Epítome de las Historias Portuguesas* da autoria de Faria e Sousa,⁵⁵ onde uma vez mais nos deparamos com um prisioneiro que adere à decisão sobre a recusa de uma praça cristã, com um D. Fernando «cargado de hierros», «moço de cavallos», com um

⁵⁰ Como estamos lembrados, o milagre seleccionado para relato mais pormenorizado já tinha aparecido desde Diego de Torres.

⁵¹ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 674.

⁵² Fr. Luís de SOUSA, *História*, 680.

⁵³ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 684.

⁵⁴ Fr. Luís de SOUSA, *História*, 688.

⁵⁵ Manuel de FARIA e SOUSA, *Epítome de las Historias Portuguesas*, Madrid. A costa de Pedro Coello, 1628. Desde já me pergunto se este terá sido também este Pedro Coello um dos responsáveis pela *Primera parte de Comedias de don Pedro Calderón de la Barca* (que contém *El Príncipe Constante*) e foi publicada em Madrid, por María Quiñones. A costa de Pedro Coello y Manuel López, Mercaderes de Libros, 1636.

príncipe que «vino a morir (...) en las afrentas y miserias de una esclavitud rigurosa», com um cristão com direito a «premio inmortal de la bienaventurança», cujo corpo ficaria «colgado de una almena»,⁵⁶ e, só muito tempo depois, por «dos mugeres suyas i dos hijos», o cederia o rei de Fez a D. Afonso V.⁵⁷

Se até aqui pouco aprendemos (conhecendo anteriores escritos), convém, no entanto, anotar, para futuros confrontos, que o historiador cita, como companheiro de D. Afonso, um D. João Coutinho, retrata (em termos antecipadamente calderonianos?), tanto a cidade de Tânger como as fases principais da expedição e a constituição da armada portuguesa, tendo bem claro deixado não só a existência de duas correntes na corte portuguesa, no que à partida para África dizia respeito, como também que eram D. Henrique e D. Fernando os principais impulsionadores da ideia de grande fama vir a grangear-se com a conquista.

Fama que, afinal, ao Infante Santo apenas viria por tão pacientemente, e sem discordância, se ter adaptado às más notícias chegadas de Lisboa.

Retomemos um excerto e façamos o nosso posterior juízo:

[nas cortes] siguióse el voto de que por el no se diesse aquella plaça:este era tambien el propio suyo, este el de su hermano don Enrique que le avia acompañado.

En llanto pagó nuestro Reino aora a la fortuna todos sus regalos, todos sus triunfos.⁵⁸

E que fique o alerta, embora sem o conselho para precipitadas conclusões: *El Príncipe Constante* é apenas um ano posterior ao *Epítome* de Faria e Sousa, português de nascimento, mas com lugar reservado na corte de Madrid.

O passo ao teatro

Com Camões entrámos no texto literário e, desde Camões, que dele nos afastámos, apesar da menção honrosa concedida a Frei Luís de Sousa e de outros escritores, como, por exemplo, Frei João Álvares, também, por alguns excertos, *literariamente* se candidatarem a um discreto louvor.

Resta-nos, no entanto, o dever de um curto, mas absolutamente indispensável, percurso pela ficção teatral, ou para, desde já, sermos mais rigorosos, por uma obra atribuída a Lope de Vega que a D. Fernando toma como

⁵⁶ M. Faria e SOUSA, *Epítome*, 472.

⁵⁷ M. Faria e SOUSA, *Epítome*, 482.

⁵⁸ M. Faria e SOUSA, *Epítome*, 471.

principal personagem, *La Fortuna Adversa del Infante D. Fernando de Portugal*, e por uma outra, da autoria de Vélez de Guevara que lhe deu o título de *Comedia Famosa del Rey Don Sebastián* (D. Sebastião também morto em África, com bem recordamos).⁵⁹

Demos, então, a voz ao primeiro texto, aliás, muito mais importante do que o outro na perspectiva que vimos adoptando.

Estávamos em 1595 (a *biografía* de Román poderia até ter sido redigida um pouco antes), Portugal e Espanha viviam, há quinze anos, um regime de monarquia dual, alguns temas e mitos lusitanos, embora não desconhecidos antes, haviam, pouco a pouco, conquistado o favor hispânico, sobretudo se decorrentes de afrontas de inimigos comuns.

Sempre atento a glórias e a desditas, o grande teatro espanhol do «Siglo de Oro» não perdia de vista o dramatismo intrínseco de certos troços históricos da vida portuguesa, tanto mais que, levando-os para a cena, aliava à divulgação de uma matéria, em si mesma aliciante para um vasto público (dos dois lados da fronteira, note-se), a *publicitação* da simpatia da corte dos Áustrias pelas causas de um povo que nunca completamente se resignara a não ser independente.⁶⁰

Não é, por isso, de estranhar que, em 1595 se representasse (ou preparasse para representação) a primeira das citadas *comedias*, obra de apenas relativo valor se comparada com o grande teatro barroco espanhol, mas, para nós, portugueses, com o interesse de se abrir a factos e gente que sempre nos toca, e, para nós, investigadores hispanistas, de ter, quase seguramente, sido o chamamento prioritário para *El Príncipe Constante*, de Calderón de la Barca.

Muito obviamente, e o artigo de Sloman, que nos acompanha, testemunha-o de modo a não deixar hesitações, a peça em questão tem o seu ponto de arranque na narrativa de Jerónimo Román: idêntico começo com a teatralização das virtudes do Infante, aureoladas pela cénica insistência nas esmolas aos pobres (já por outros dadas a conhecer, insistimos) e com *quadros* do debate sobre a proposta de conquista de Tânger; atenção às voltas e

⁵⁹ Pelas fragilidades que apresenta, a obra não parece realmente ter como autor Lope de Vega, antes outro dramaturgo do seu ciclo. Esta *Comedia Famosa de la Fortuna Adversa del Infante don Fernando de Portugal* foi publicada por SLOMAN, como complemento do artigo que vimos consultando; por este texto farei as citações. Da *Comedia Famosa del Rey Don Sebastián*, de VÉLEZ DE GUEVARA, existe edição de Werner HERZOG, Madrid, *Anejos del Boletín de la Real Academia Española*, 1972, pela qual citarei. Algumas referências encontrei, em edições soltas de *El Príncipe Constante*, a uma obra do mesmo dramaturgo intitulada *La Fortuna Adversa del Infante Don Alfonso de Portugal*, como possível antecessora da obra de Calderón. Nunca obtive informação sobre a referida comédia e pergunto-me mesmo se não haverá aqui um cruzamento de títulos e autores.

⁶⁰ A partir de José María Viqueira, muitos têm sido os estudiosos a ocupar-se da matéria portuguesa em textos do teatro espanhol do *siglo de oro*; não há ainda, no entanto, uma bibliografia completa, mas para ela estão caminhando investigadores portugueses e espanhóis.

reviravoltas da expedição até ao fracasso final; recrutamento das principais figuras (reis e seus acompanhantes); cativo imposto com as suas inevitáveis consequências de sofrimento, num marco em que a fome se torna particularmente dolorosa, aceitação do sacrifício com a enérgica recusa da cedência de Ceuta (apenas inicialmente admitida como estratégia de guerra), tanto mais justificada quanto haviam sido os mouros os primeiros a quebrar os tratos de paz.

Poucas são as alterações de conteúdo introduzidas pelo dramaturgo: as etapas Tânger-Arzila e Arzila-Fez são reduzidas a uma, a visão da Virgem mantém-se, mas São João é convertido em Santo António; das duas conhecidas versões da trasladação do corpo de D. Fernando, escolhe-se compreensivelmente a mais espectacular: o corpo é trazido por Muley, devedor da vida ao Infante, o qual, entre fogos e ruídos, aparece a guiá-lo, a ele e à sua pequena comitiva.

Delineados os pontos de contacto, e por ter como meta uma experiência teatral, vale, no entanto, a pena, penso, caracterizar algumas linhas organizativas do texto.

Antes de mais, o reforço da intenção de cruzada, com repetidas invocações e acções de graças, direito a favores do alto e morte em companhia da Virgem e dos santos.

Recuperemos alguns excertos.

Ao chegar a Tânger, Fernando agradece e implora:

María Virgen sagrada,
de mis trabajos remedio,
amparo de mis miserias,
torre de todo mi esfuerzo;
Regalado Evangelista,
que reclinado en el pecho
de aquel primo sin segundo,
(.....)
Antonio de Padua, y nuestro,
que a mi Dios en vuestras manos
tuvistes, su gloria viendo;
Miguel, arcángel de Dios
que arrojastes al infierno
al que se quiso subir
(.....);
socorredme en esta guerra,
sedme con Dios medianero,
(.....).
Él la intención del Rey sabe
y la mía, cual yo creo;

que solo es porque esta tierra
buelva los ojos al cielo,
porque a Él sirvan en ella,
y en ella se hagan templos
donde publicarse pueda
la ley del santo Evangelio.⁶¹

Quando aumentam os tormentos, ajoelha e reza:

Señor de inmenso poder,
Vos, que para ver hazer
todos sois ojos y manos,
hazed aquestos tiranos
con crueldad embravecer.
Morir es gloria infinita
entre esta gente por vos;
mas no buelva a ser mezquita
la casa que es vuestra, Dios.⁶²

Se a sua sede se torna insuportável, «parece una fuente [de] que sale un chorro».⁶³

Prestes a morrer, recebe a companhia (a visão em si não é novidade) de Nossa Senhora, com Santo António e São Miguel que com ele dialogam; nos seus braços expira, com sereno afecto, proclamando a Virgem:

Su cuerpo dexad y vamos,
pues su santa alma llevamos
adonde mi Hijo mora.⁶⁴

Em segundo lugar, a ponderação da figura de Muley que deixa de ser apenas (como em Ramos) um despeitado sobrinho do rei de Fez para se tornar num grato admirador do Infante e da religião que o faz morrer, simultaneamente sendo o protagonista amoroso de uma peça onde os enredados sentimentos não podiam faltar. Já em Portugal, converte-se e casa com a mulher que sempre amara, como ele, voluntariamente preparada para as águas do baptismo:

⁶¹ VÉLEZ DE GUEVARA, *La fortuna Adversa*, 138.

⁶² VÉLEZ DE GUEVARA, *La fortuna Adversa*, 168.

⁶³ VÉLEZ DE GUEVARA, *La fortuna Adversa*, 189.

⁶⁴ VÉLEZ DE GUEVARA, *La fortuna Adversa*, 196.

A ser cristianos venimos
y a recibir la ley vuestra,
que vimos por el Infante
ser de todas la mas buena.⁶⁵

Por fim, e naturalmente como ingrediente para mais fortemente comover o espectador, o esmiuçar espaçado das torturas, uma e outra vez repetidas, explicitadas em didascálias que remetem para a crueza do actuar e comentadas em diálogos que, frente a frente, colocam o quase sadismo dos algozes com a *paciência* de um prisioneiro que repetidamente vai rejeitando a solução para a liberdade, porque, dirá ele:

Ceuta no es nuestra, es de Dios,
y darla a Mahoma es yerro.⁶⁶

Se do conhecimento desta obra, por parte de Calderón, poucas dúvidas nos restam, dadas algumas das aproximações na condução da intriga e a coincidência (ou vestígios dela) no traçado de certas figuras secundárias (o perfil do Infante não está naturalmente em causa),⁶⁷ menos tomados em consideração têm sido os prováveis empréstimos de *El Príncipe Constante* à *Comedia Famosa del Rey Don Sebastián*, de Vélez de Guevara, por uns datada de cerca de 1607 e, por outros, remetida para composição um pouco mais tardia.⁶⁸

Tratando-se, nos dois casos, pelo que à acção respeita, de personalidades reais que morrem em África, em defesa de valores patriótico-cristãos, de dramaturgos com idêntica visão da história e de ingredientes dramáticos ao gosto da época e do conhecimento alargado, que ambos teriam, de romances em voga (salientem-se os cantares de *Abencerraje* e os versos de Góngora com o *incipit* de *Entre los sueltos caballos*) que os dois mostram não

⁶⁵ VÉLEZ DE GUEVARA, *La fortuna Adversa*, 211.

⁶⁶ VÉLEZ DE GUEVARA, *La fortuna Adversa*, 174.

⁶⁷ O artigo de SLOMAN, que vimos acompanhando, fornece todos os elementos necessários para uma sinopse entre os dois textos.

⁶⁸ Ler, de Dian FOX, «A Further Source of Calderon's *El Príncipe Constante*», *Journal of Hispanic Philology*, 4, 1980, 157-166. Chamo a atenção para o engano de alguns recentes editores do texto calderoniano que indicam para o artigo de FOX a data de 1990. Certos versos de *El Príncipe Constante* parecem indicar uma remissão para a tragédia real de D. Sebastião; podem ler-se, por exemplo, na edição de Enrica CANCELLIERI, Madrid, Biblioteca Nueva, 2000, 164: «una profecía heroica/de Morábitos, que dicen/que en la margen arenosa/del África ha de tener/la portuguesa corona/sepulcro infeliz (...)». Aproveito a citação para registar que, nas transcrições da peça de Calderón, será esta a edição seguida por me parecer tratar-se da mais correcta, entre todas as modernas.

ignorar e encaixar em sequências com algum paralelo,⁶⁹ os ares de família entre os textos, ainda que reduzidos, não são para admirar.

Entre outros, que um estudo atento e alongado pode vir a demonstrar, escolhamos os que se nos afiguram mais evidentes e se prendem com as marcas de amizade retribuída entre cristãos e mouros, por razões que têm a ver com a força do padecimento amoroso e com a nobreza do carácter.

Não muito longe do início da *Comedia Famosa*, o mouro Zeilán, escravo de guerra de D. António, Prior do Crato, tem a oportunidade de o pôr a par da sua linhagem e da sua dor por se encontrar longe da mulher que ama. Fá-lo em palavras doridas e convincentes, recordando ligações de infância, combates em defesa da pátria e, finalmente, a derrota de Ceuta que lhe trouxe o aprisionamento e o cativo em Lisboa.

Escutando a sua longa e triste réplica, D. António comove-se e dá-lhe a liberdade:

Tu buen término, Zeylán,
tu nobleza y tus palabras
me obligan a ser tu amigo,
que la libertad no es nada;
que no sé quando algún día
me abrá sido de ynportancia
la amistad que te prometo,
aunque eres de ley contraria.
Logra de tu mora hermosa
sus dichosas esperanças,
goce tu braço Marruecos
y tu Rey tu corba espada!
No quiero aguardar rescate,
antes para tu jornada
te daré lo necesario;
libre estás.⁷⁰

⁶⁹ Sobre as ligações ao *Romanceiro* e à composição de Gôngora são fornecidos elementos na edição que preferenciéi. Sempre se põe em relevo a generosidade de um cavaleiro cristão face a um mouro, seu prisioneiro. Em Gôngora, vencido e levado pelo cristão no seu próprio cavalo, apenas com os seus suspiros e com a explicação da sua dor de amor, consegue o muçulmano convencer o vitorioso espanhol a libertá-lo («Anda con Dios, sufre y ama/y vivirás si lo hicieres,/con tal que cuando la veas/pido que de mí te acuerdes»). Cito por *Obras Completas*, recopilación, prólogo y notas de Juan Millé y Giménez, Isabel Millé y Giménez, Madrid, Aguilar, 1956,72-73. Na *Colección de Romances Castellanos anteriores al Siglo XVIII*, recogidos, ordenados y clasificados por Don Agustín DURAN, II, Madrid, 1861, encontramos, em distintas versões, os célebres romances dos Abencerraje, com idêntica, mas muito mais particularizada história; os seus protagonistas são Rodrigo de Narvaez, o alcaide cristão, Abindarraez e Jerifa, os amantes mouros.

⁷⁰ CALDERÓN, *El Príncipe*, 83.

Diálogo e decisão que não escapam ao leitor de *El Príncipe Constante*, agrado sabedor de que a estirpe, a altivez generosa e a fidelidade a um amor em risco tão fundo tocaram no coração de D. Fernando que o não deixaram hesitar quanto à libertação do general Muley a quem, pela lei da guerra, nem sequer injusto seria retirar a vida.

No entanto, imperdoável seria, da nossa parte, não alertar para idêntica magnanimidade do Infante português no texto, com razão ou sem ela, atribuído a Lope de Vega, ainda para mais a um mouro com a mesma identidade. O motivo dessa espécie de pacto de honra poderia, pois, ter nele a sua inspiração, enquadrado, de resto, numa cadeia que viria talvez da literatura oral.⁷¹

Simplesmente, na peça de Vélez de Guevara, não só a sintonia entre os dois contendores é intencionalmente sublinhada, como a vertente amorosa do sofrimento de Zeilán conhece um protagonismo que se não verifica na sua antecedente onde Fernando se limita a tranquilizar o adversário muito mais secamente: «No hayas miedo,/que tu muerte no me da/la gloria que ganar puedo./Queda a Dios.»⁷²

Acrescentemos: se, nos três dramas, o vencido muçulmano com justeza acolhe a posterior oportunidade da retribuição do favor cristão, já dissemos quanto o remate da primeira se afasta do fecho do texto calderoniano. Ora bem, na *comedia* urdida em torno das malogradas lides africanas de D. Sebastião, será a vida de D. António que Zeilán solicita ao seu soberano, nestes termos:

Agora, Señor, te pido
una merced del despojo.
(.....)
La libertad
del gran Prior don Antonio,
que me ha dado la que tengo,
en Portugal, y respondo
en esto a quien soy.⁷³

Compreensivo e grande senhor, o rei cede, acrescenta a sua intenção de libertar outros cativos e proclama:

Con el cuerpo
yrán de su Rey famoso,
para que España lebante

⁷¹ Remeto para a nota 69 e para o artigo de Dian FOX.

⁷² VÉLEZ DE GUEVARA, *La Fortuna Adversa*, 960.

⁷³ CALDERÓN, *El Príncipe*, 154.

a sus huesos mausoleos;
a don Felipe, su tío,
pienso presentallo.⁷⁴

Colagens absolutas, não há, nem Calderón as faria; os rasgos de semelhança ficam à consideração de quem a eles queira regressar...

«El Príncipe Constante»: *história, teatro e hagiografia*

Não, não me proponho, como creio estar já demonstrado, levar a cabo mais um exame estético-literário do magnífico texto calderoniano; sobre ele se abre um largo leque de bibliografia de que as principais edições nos informam, sugerindo aos curiosos inesperadas e prometedoras pistas.⁷⁵

As reflexões, que a seguir alinhavo, partem do trajecto pelas crónicas, biografias e projectos literário-teatrais que fui levada a confrontar para, deles, descobrir os ecos, próximos ou remotos, indesmentíveis ou duvidosos, cruamente assimilados ou criativamente diluídos, nessa obra que Goethe (entre outros) considerava *prima* entre as *primas*.

Esses ecos ficarão soltos, para que cada qual os prenda à sua maneira, como convites implícitos a que se pode ou não responder; fugindo à repetição de sinopses já feitas, advogando, evidentemente, o desconhecimento, pelo menos parcial, por parte do dramaturgo das teias que de há muito, em torno de D. Fernando, vinham sendo tecidas, e em que, com algum remorso, porque para ele sempre mais gosto nos dá acumular enaltecimentos, o vamos enredar.

No limite, iremos tentar investigar que Infante Santo fabricou ele, aqui e ali ajudado por quem o antecedeu, aqui e ali deixando correr, sem medo a espartilhos, os talentos que foi capaz de pôr a render.

Em tempos, convém ter presente, de abertura para um senequismo cristão, a que a Península não foi alheia,⁷⁶ em tempos em que os heróis eram guerreiros com *direito* à santidade e santos porque muito batalhavam, em tempos em que a cruz e a coroa se davam as mãos e os objectivos dos que iam à luta se confundiam (e iludiam?).

⁷⁴ CALDERÓN, *El Príncipe*, 154.

⁷⁵ A edição de Enrica CANCELLIERI apresenta ampla bibliografia; acrecento, no entanto que, posteriormente, alguns artigos apareceram em *Calderón 2000. Actas del Congreso Internacional, IV centenario del nacimiento de Calderón, Pamplona, Universidad de Navarra*, Ignacio ARELLANO (ed.), Kassel, 2002.

⁷⁶ Deve ainda ter-se em conta a importância de obras como *De Constantia* de Justo Lípsio (1584) que, até no título nos remete para o *De constantia sapientis* de Séneca, e o conhecimento, pelo autor, da *Summa Theologica* de S. Tomás de Aquino; na figura do protagonista, constância e prudência fariam frente às mudanças da fortuna. A não esquecer também o impacto dos tratados sobre o perfeito príncipe e os reflexos da cultura jesuítica. Na introdução à sua edição, Enrica CANCELLIERI aponta, com argumentos, estas *fontes* culturais.

Comecemos, então, por retratar este Infante, a partir do que de si mesmo nos diz, enfeixando, cronologicamente ordenadas, e admitindo à partida a existência de um faseamento no contorno semântico, algumas das suas auto-definições.

No primeiro diálogo com Muley, a quem acabaria por poupar a vida, faz alarde do seu «brazo altivo y fuerte»,⁷⁷ e insiste no pessoal «valor»;⁷⁸ interrogado sobre a sua verdadeira identidade, responde ser «un hombre noble, y no más»,⁷⁹ mas, mais adiante, comentando o seu próprio acto, insere-o no quadro de valores por que se rege: «Generosa acción es dar, /y más la vida»;⁸⁰ se, porém, se trata de incitar os seus, não apela apenas para um código de simples nobreza, a D. Henrique, por exemplo, precisa, numa derradeira tentativa para o encorajar, que ambos são «dos Maestres, dos Infantes», que por «Avis y Cristo» têm de combater;⁸¹ ao rei mouro, que lhe reclama a espada, confirmada a derrota, contesta que é um «caballero»,⁸² altivamente afirmando, quase de seguida, que essa espada «sólo a un rey la rindiera».⁸³

Altera-se a sua sorte, de aparentemente vencedor passa a refém, e ninguém melhor do que ele interpreta o significado da alteração («naciendo Infante, he llegado/a ser esclavo»,⁸⁴ sobretudo porque, como príncipe combatente, faz equivaler a perda de uma guerra à perda da vida:

Si es número que acrecienta
el ser Infante, ya soy
un cautivo; de nobleza
no es capaz el que es esclavo;
yo lo soy, luego ya yerra
el que Infante me llamare.
(.....)
Morir es perder el ser,
yo le perdí en una guerra;
perdí el ser, luego morí.⁸⁵

⁷⁷ CALDERÓN, *El Príncipe*, 178.

⁷⁸ CALDERÓN, *El Príncipe*, 181.

⁷⁹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 185.

⁸⁰ CALDERÓN, *El Príncipe*, 186.

⁸¹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 188.

⁸² CALDERÓN, *El Príncipe*, 191.

⁸³ CALDERÓN, *El Príncipe*, 191.

⁸⁴ CALDERÓN, *El Príncipe*, 202.

⁸⁵ CALDERÓN, *El Príncipe*, 211.

Bom conhecedor do que cumpre (ou não) a um cavaleiro de sangue nobre, D. Fernando recebe complementarmente da parte dos iniciais adversários o tratamento a que tem direito, pelo brio e pelo estatuto; para o rei de Fez é «altivo portugués»⁸⁶ e «Vuestra Alteza»⁸⁷ ou «tu Alteza»⁸⁸; para Muley fora alguém que, a par do dom da guerra, tinha também o da palavra: «Valiente eres, español,/ y cortés como valiente;/también vences con la lengua/como con la espada vences».⁸⁹

Sintomáticos de uma linha caracterizadora do protagonista de Calderón, estes curtos excertos do discurso, a passarem-nos uma imagem de quem se não subestima nem é subestimado, aconselham-nos a direccionar a pesquisa para outros mais longos em que o encaminhamento da acção é prioritário, o que equivale a sermos nós a julgar do comportamento de quem até aqui se julgara e por outros fora explicitamente julgado.

E vale a pena anunciar desde já que, sensivelmente até ao centro da segunda jornada, o príncipe ininterruptamente confirma e acentua aquilo que talvez já tivéssemos começado a admitir, a conduta de um altivo cavaleiro-guerreiro que luta pela estirpe e pela expansão do ambicionado império, temido e destemido, sempre mais forte do que o irmão, sempre leal e sempre português.

Um príncipe cristão, perguntar-nos-emos? Seria arriscado responder que não, seria arriscado responder apenas que sim; o seu projecto, creio, é, por então, sobretudo o do enviado da pátria, a fé existe mas não tem prioridade na sua forma de conduzir os acontecimentos (lá mais para diante, sim, muito ouviremos falar de religião).⁹⁰

Sigamos o texto, começando pelo aviso de Muley ao seu rei, aviso que, sem qualquer conotação religiosa, se fixa na perigosa aproximação de gente de guerra com provas dadas:

Duarte de Portugal,
cuya fama vencedora
ha de volar con las plumas

⁸⁶ CALDERÓN, *El Príncipe*, 190.

⁸⁷ CALDERÓN, *El Príncipe*, 192.

⁸⁸ CALDERÓN, *El Príncipe*, 204.

⁸⁹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 182.

⁹⁰ Marcas de cruzada pela fé se encontram vagamente dispersas na primeira jornada, 176 e 188, por exemplo («La fe de Dios a engrandecer venimos,/suyo será el honor, suya la gloria,/si vivimos dichosos, pues morimos;», «y por la fe muramos,/pues a morir venimos», pelo que é desnecessário empolar a separação de águas. Igualmente, porém, importa lembrar que a obra se intitulava, no manuscrito, *El Príncipe Constante y Esclavo por su Patria*, o que algo quer dizer sobre a fidelidade a uma pátria. A primeira edição (1636) reduz esse título e não estarão talvez errados quantos registam uma inflexão, que tem a ver com o conhecimento de doutrina generalizante sobre o príncipe, relativamente a *La Fortuna Adversa del Infante Don Fernando de Portugal*, onde o nome do protagonista individualmente se demarca.

de la águilas de Roma,
envía a sus dos hermanos, gloria
de este siglo que los mira
coronados de victorias.⁹¹

Chegada a lusitana armada à orla de Tânger, da parte de D. Fernando, o que escutamos é o grito de vitória de um dominador:

Yo he de ser el primero, África bella,
que he de pisar tu margen arenosa,
porque oprimida al peso de mi huella
sientas en tu cerviz la poderosa
fuerza que ha de rendirte.⁹²

O grito de um dominador que assegura que, à cidade «la he de ganar a sangre y fuego»,⁹³ de um bravo que desfaz os receios do irmão e aceita como desnecessários os navios perdidos, galhardamente censurando credices e com antecipada segurança do triunfo.

A ele, todos o procuram para animar e dirigir («Don Fernando/¿dónde está que no parece?», «Oh, Fernando!/Tu persona, veloz vengo buscando»)⁹⁴, nele encontram os companheiros o optimista conforto para momentâneos ou mais duradouros desânimos.

E, de certo modo, como voz de amparo e consolação, sempre o leitor o encontrará, mesmo nos dias amargos de cativo e solidão.

É, porém, a altura de irmos abrindo espaço para o outro D. Fernando, para o prisioneiro cristão, mártir da fé, talvez, inflectida a intriga, mais cristão acrisolado do que corajoso lusitano.

Que não fiquem, porém, dúvidas, o Infante será sempre o cortesão que pugna pela submissão dos vassalos ao seu rei (ao de Fez obedece e escuta, como escravo), que tão longe leva o primado da lealdade ao legítimo senhor que perde a ocasião de libertar-se oferecida por Muley para que este, *tragicamente* dividido entre amizade e dever, se decida pela escolha certa:

Muley, amor y amistad
en grado inferior se ven
con la lealtad y el honor.

⁹¹ Note-se a comparação implícita com a valentia romana que já tínhamos encontrado. Seguir-se-á a profecia do sepulcro em África da coroa portuguesa (163).

⁹² CALDERÓN, *El Príncipe*, 171.

⁹³ CALDERÓN, *El Príncipe*, 172.

⁹⁴ CALDERÓN, *El Príncipe*, 178 e 187.

Nadie iguala con el Rey,
él solo es igual consigo;⁹⁵

E que também dúvidas não fiquem sobre o vigor do guerreiro, dramaticamente ressurgido no final da obra, quando D. Afonso V, seu sobrinho, se atreve ao resgate do corpo morto e, nos muros de Fez, exposto ao desprezo dos que por ele passavam.

Numa primeira intervenção, ainda oculto, o incitamento («Embiste, gran Alfonso! Guerra, guerra!»), numa segunda⁹⁶, «con una hacha alumbrando»,⁹⁷ proclama:

En el horror de la noche,
por sendas que nadie sabe,
te guié; ya con el sol
pardas nubes se deshacen.
Victorioso, gran Alfonso,
a Fez conmigo llegaste;
éste es el muro de Fez.
trata en él de mi resgate.⁹⁸

Este o derradeiro desejo de um grande senhor (de um cristão, talvez simultaneamente) que, minutos antes de expirar, ao companheiro Don Juan manifestou o voto de ser enterrado com o seu manto («de mi religión el manto»),⁹⁹ sempre com a esperança de que em alguma igreja ele acabaria por ser resguardado.

Regressemos, porém, ao mais importante virar de página do argumento e ao que ele pode acarretar de desequilíbrio no duplo perfil do príncipe (o do guerreiro português e o do cristão em cruzada pela fé), com a doravante inquestionável supremacia do vector religioso.

Estamos num dos pontos mais sensíveis e dramaticamente mais logrados da obra: morto D. Duarte, D. Henrique regressa a Fez para, em troca de Ceuta, consigo levar de volta o irmão cativo.

Se ao leitor (ou ao espectador) insuficientemente esclarecedoras tinham parecido as últimas falas da primeira jornada (que seria agir «como príncipe cristiano»? «estas lágrimas lleva al rey mi hermano» era tudo quanto se

⁹⁵ CALDERÓN, *El Príncipe*, 237.

⁹⁶ CALDERÓN, *El Príncipe*, 275.

⁹⁷ CALDERÓN, *El Príncipe*, 278.

⁹⁸ CALDERÓN, *El Príncipe*, 278. Evidente, apesar do tratamento poético-dramático do resgate do corpo do Infante, o conhecimento das fontes históricas mais autorizadas.

⁹⁹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 271.

solicitava),¹⁰⁰ a longa réplica de D. Fernando que se segue à tentativa de oferta da cidade conquistada por seu pai, é aberta no seu sentido, firme nos seus objectivos, decisiva na sorte que o Infante chama a si, violentamente magoado pela possibilidade de outra opção que não seja a da recusa de uma praça desde há décadas integrada em geografia cristã.

Tanto o indigna e confunde a *caridosa* solução portuguesa que, em dada altura, a si próprio tem de interromper-se para recuperar forças:

Aquí enmudece la lengua,
aquí me falta el aliento,
aquí me ahoga la pena:
porque en pensarlo no más
el corazón se me quiebra,
el cabello se me eriza
y todo el cuerpo me tiembla.¹⁰¹

E, antes de terminar, para que, do afrontoso papel que sancionava a rendição, não quedem vestígios, ele mesmo engole os pedaços em que o desfizera:

Mas no, yo los comeré
porque aun no quede una letra
que informe al mundo que tuvo
la lusitana nobleza
este intento.¹⁰²

A sua argumentação, larga, vigorosa e fortemente estruturada, ataca fundamentalmente por três vias: as igrejas de Ceuta não podem reconverter-se em mesquitas, passando para o demónio o que a Deus pertence («Aquí tuvo Dios/posada, y se la niegan/los cristianos para darla/al demonio.»),¹⁰³ os católicos africanos não merecem ser postos em situação de desencaminhamento da fé (Los católicos que habitan/con sus familias y haciendas/hoy, quizá prevaricaran/en la fe, por no perderlas.),¹⁰⁴ a sua vida, diminuída há muito na

¹⁰⁰ CALDERÓN, *El Príncipe*, 193-194. Trata-se do final da primeira jornada, o que mais espaço deixa à reflexão.

¹⁰¹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 209.

¹⁰² CALDERÓN, *El Príncipe*, 211-212.

¹⁰³ CALDERÓN, *El Príncipe*, 210.

¹⁰⁴ CALDERÓN, *El Príncipe*, 210.

condição de quem, de Infante, passou a cativo¹⁰⁵, não tem jus ao preço que por ela se pretende pagar («¿Quién soy yo? ¿ Soy más que un hombre?») ¹⁰⁶.

A partir daqui, só temos certezas: o príncipe (que sabíamos cristão) aceita ser mártir pela sua religião, aos homens e ao universo recorrendo para que, como tal, o aceitem, como tal o julguem e dele reclamem o que aos desditados é prática reclamar.

Martírio voluntário, portanto? Na medida em que ele traduz a sua resposta à restituição de Ceuta, evidentemente. Dele só irão chegar-nos atitudes de confirmação.

Renúncia completa a uma libertação? Não sejamos tão peremptórios porque, quanto ao seu regresso à pátria, ao interpretar o passo do testamento de D. Duarte em que a ele se alude, estas são as suas palavras:

Mi hermano, que está en el cielo,
si en su testamento deja
esa clausula, no es
para que se cumpla y lea,
sino para mostrar solo
que mi libertad desea,
y ésa se busque por otros
medios y otras conveniencias,
o apacibles o crueles.¹⁰⁷

Retenhamos o último verso (ainda o guerreiro?), embora de outros meios de libertação não voltemos a ter notícias.

De ora avante, D. Fernando assumirá o sacrificio por amor a Cristo, com ele quase se identificando nos padecimentos e na resignação de morrer pelos seus.

Vão, então, repetir-se as proclamações de fé, complementarmente concretizadas quer na firmeza da ligação a Ceuta, cidade de Deus («Porque es de Dios y no es mía»,¹⁰⁸ sentença emblematicamente recuperada em diversas sequências), quer na devotada expressão do desejo de uma morte em coerência com o projecto em que se acredita, desejo esse que pateticamente se reanima, quando de um dos diálogos finais com o rei de Fez, a quem o Infante lembra não pedir a vida, antes

¹⁰⁵ CALDERÓN, *El Príncipe*, 211.

¹⁰⁶ CALDERÓN, *El Príncipe*, 210.

¹⁰⁷ CALDERÓN, *El Príncipe*, 208.

¹⁰⁸ CALDERÓN, *El Príncipe*, 214.

la muerte sí; ésta te pido,
porque los cielos me cumplan
un deseo de morir
por la fe; que, aunque presumas
que esto es desesperación,
porque el vivir me disgusta,
no es sino afecto de dar
la vida en defensa justa
de la fe, y sacrificar
a él la vida y alma juntas.¹⁰⁹

Passamos, então, a situar-nos, sem receio de muito errar, em terreno plenamente hagiográfico: um cristão, dominado por um poder hostil, prefere a morte à entrega de um bem que a Deus pertence, despreza estatuto e riqueza, cresce em virtudes, aceita o martírio, sem esconder o sofrimento, mas sempre perseverando na *paciência*, com *constância* repetindo que, ao crescente *rigor* do algoz, só *paciência* acrescentará e, embora pós-morte, recebe em recompensa o dom do milagre.¹¹⁰

Assim esquematizado (e, como tal, empobrecido) o extraordinário texto de Calderón encontra os seus antecessores em muitas das vidas de santos que na Península circulavam (sem, claro, a todas ele ter conhecido), entre as quais algumas muitas vezes levadas ao teatro para comover e ensinar o público a reverenciar aqueles que a Cristo tinham seguido numa *paixão* à sua pequena escala.

Avançemos com o martírio, insistindo no que atrás implícito ficou, que não estava planeado, foi aceite e até à morte suportado.

D. Fernando é, ao romper da peça, um amante da vida, um apreciador da beleza do universo (o céu estrelado, o jardim florido, o mar entram-lhe pelos olhos e enchem-no de alegria), um animoso soldado que vê sinais de êxito onde o irmão lê ameaças de derrota, um cavaleiro que, quase como num jogo, luta, domina e entusiasticamente descreve a majestade e as reacções de um simples cavalo deixado entre os primeiros despojos.¹¹¹

A empatia com o belo, nunca a perde, apenas de outro modo a valoriza e interpreta, por exemplo, nos sempre citados diálogos com Fénix,¹¹² ou nas já embaciadas falas mantidas com os companheiros;¹¹³ da morte, se não chega a ter

¹⁰⁹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 216.

¹¹⁰ De entre os estudos, que poderiam ser citados, chamamos a atenção para Elias L. RIVES, «Fénix Sonnet in Calderón's *Príncipe Constante*», *Hispanic Review*, XXXVII, 1969, 452-458.

¹¹¹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 178 e ss.

¹¹² CALDERÓN, *El Príncipe*, 224-230.

¹¹³ CALDERÓN, *El Príncipe*, 257-259.

receio, começa por falar com certa mágoa («¡Ay Don Juan, cierta es mi muerte!»)¹¹⁴e só pouco a pouco a ela se vai afeiçoando; quanto à problemática da libertação, quando, já posteriormente à sua arenga sobre a conservação de Ceuta, Muley para ela parece ter descoberto um estratagema, não o censura e só o não aceita por razões que atrás explicámos.¹¹⁵

Mas a fortuna é-lhe adversa, e, após algum tempo em que a privação da liberdade não implica humilhação, a sua capacidade de resistência irá embater nas modalidades cada vez mais duras de um martírio a que só a morte porá fim.

Pela voz do rei de Fez, ouvimos, para começar:

Luego al punto
aquese cautivo sea
igual a todos: al cuello
y a los pies le echad cadenas;
a mis caballos acuda,
y baño y jardín, y sea
abatido como todos;
no vista ropas de seda,
sino sarga humilde y pobre;
coma negro pan, y beba
agua salobre, en mazmorras
húmedas y oscuras duerma;
y a criados y vassallos
se extienda aquesta sentencia.¹¹⁶

Igualdade, pois, com qualquer cativo, cadeias, trabalhos custosos, vestes impróprias e imprópria comida em masmorra semi-encerrado. Ordem imediatamente cumprida, pois, avançando o texto um pouco, vem-nos a indicação didascálica: «Salen Celín y el Infante con cadena, y vestido de cautivo».¹¹⁷

Em *cena* se assiste, pois, ao que em *cena* tinha sido ordenado, antes de mais com a apresentação da nova roupagem de D. Fernando, quem, curiosamente, por completo deixou de acreditar no resgate, sem pejo de aos amigos confessar que «triste estoy y turbado».¹¹⁸

Ainda na segunda jornada o encontraremos a cuidar das flores e a transportar cubos de água; das flores, do seu carinho com elas e da serenidade

¹¹⁴ CALDERÓN, *El Príncipe*, 205.

¹¹⁵ CALDERÓN, *El Príncipe*, 231-234.

¹¹⁶ CALDERÓN, *El Príncipe*, 216.

¹¹⁷ CALDERÓN, *El Príncipe*, 217.

¹¹⁸ CALDERÓN, *El Príncipe*, 218.

com que se dispõe a levar a bom termo as ordens do rei («mayor que su rigor es mi paciencia», será o seu lema até ao fim)¹¹⁹se passará para uma das sequências mais apreciadas e estudadas da obra, a do encontro com Fénix, entre outras razões, pelos belíssimos sonetos que ambos pronunciam, com as flores e as estrelas, o céu e a terra, o dia e a noite a veicularem a inquietante confirmação da efemeridade da vida e da vibrações da fortuna.

Abre a terceira jornada com um pedido de misericórdia feito por Muley ao rei de Fez; não vemos ainda o Infante, mas, pelas frases condoídas do amigo mouro, sabemos que os seus males cresceram: está: «enfermo, pobre y tullido»,¹²⁰ é fria a sua masmorra, demasiado duro o tratamento dos cavalos, o seu aspecto causa repugnância e sobretudo atormenta-o a fome (o motivo da fome será dominante até ao fecho da obra); condoída se nos afigura também Fénix a quem o pai nem sequer permite a defesa de Fernando:

¿No está en su mano el salir
de su miseria y vivir?
Pues eso en su mano está,
entregue a Ceuta, y saldrá
de padecer y sentir.
tantas penas y rigores.¹²¹

Tais queixosas alusões preparam dramaticamente, como esperaríamos, a entrada do Infante, desta feita, já carregado de sinais físicos dos prolongados maus tratos. Sempre *paciente*, no entanto, qual Job bendizendo a Deus por um sofrimento purificador, tem no sol, que o acalenta, o único conforto e, na escassez de alimento, o mal maior. Não por acaso lhe é negada a esmola por todos aqueles a quem recorre, mas também não é por acaso que as forças lhe chegam para, ainda que debilitado e de voz embargada, dar ao soberano a lição da misericórdia real, em vibrante tirada que os estudiosos não deixaram de atentamente valorizar.

Aproxima-se, então, para o cativo o fim da vida terrena; de olhos postos na que o aguarda, faz os seus últimos pedidos, na esperança de que

(...) aunque hoy cautivo muero,
rescatado he de gozar
el sufragio del altar;
que pues yo os he dado a vos

¹¹⁹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 218.

¹²⁰ CALDERÓN, *El Príncipe*, 243.

¹²¹ CALDERÓN, *El Príncipe*, 246.

tantas iglesias mi Dios,
alguna me habeis de dar.¹²²

E, de facto, na realidade da História, para o Mosteiro da Batalha seriam levados os seus restos. Lá se visitam e lá eram outrora venerados...

No entanto, no palco, recuperando-se o que parece ter sido um facto, ainda, nos muros de Fez, o seu corpo ficará exposto ao desdém de quem por ele passar.

Os *passos da paixão* (muito bem e intensamente condensados em Calderón) seriam suficientes para configurar o *santo*, porque, pela defesa da fé, foram eles *pacientemente* sofridos; mas a verdade é que cada santo tem as suas próprias virtudes e, não raro, o direito ao dom do milagre.

É o que acontece com o Infante.

De milagres, falaremos pouco, porque pouco Calderón por eles se adentrou, com a sua concisão se afastando das possíveis *fontes*: apenas no remate, como ficou adiantado, depois de morto, a sua voz de *comando* se faz ouvir e a sua dignificante figura, com uma hacha, iluminará D. Afonso V para a vitória final, na nossa recordação o gravando como o vencido vencedor.¹²³

E sobre as virtudes muito não acrescentaremos porque a elas fomos recorrendo ao longo do percurso feito: a coragem e o brio (do homem e do guerreiro), a compaixão (com o inimigo Muley, com os restantes cativos), a fé (Deus o acompanha no sofrimento) e particularmente, claro está, a *constância* e a *paciência* com que, apesar de diminuído, até ao fim compete com o rigor do rei de Fez:

Y cánsate, porque yo,
aunque más tormentos sufra,
aunque más rigores vea,
aunque llore más angustias,
aunque más miserias pase,
aunque halle más desventuras,
aunque más hambre padezca,
aunque mis carnes no cubran
esas ropas, y aunque sea
mi esfera esta estancia sucia,
firme he de estar en mi fe:
porque es el sol que me alumbra,
porque es la luz que me guia,

¹²² CALDERÓN, *El Príncipe*, 272.

¹²³ Esta aparição já tem sido comparada às aparições de fantasmas pós-morte nos textos de Séneca.

es el laurel que me ilustra.¹²⁴

El Príncipe Constante, aqui e sempre, dando mostras de sobre-humana capacidade de resistência.

Calderón de la Barca, aqui e sempre, dando mostras de mais do que o mero saber fazer de um dramaturgo (sem o seu justo prestígio).

Num rápido e não necessariamente partilhado desafio à nossa imaginação, admitamos, por momentos, que Calderón teve acesso a todos (ou quase todos) os materiais que inventariámos, antes da composição da sua obra (o que, evidentemente, está fora de causa).

Não para de novo elencarmos parecenças e dissemelhanças, mas para um frente-a-frente com *hipotéticas* escolhas, no traçado das figuras, nos avanços e recuos da acção, no começo e no remate, no olhar para a História sem a ela sacrificar.

Escolhas que podem ter partido de concepções muito suas, que os ares culturais facilitaram, que os esboços, que conheceu, ajudaram a cimentar ou que, como resposta discordante, para eles se viram.

Sem rigidez na ordenação, insubmissos a conclusões, livres no correr das sugestões.

Para ser *El Príncipe Constante*, D. Fernando não teria de guiar-se pelo que, antes da expedição, se passara em Lisboa, indiferente lhe seria sempre ter ou não apoiado a partida; das muitas virtudes daria sobejos testemunhos durante o cativeiro, as circunstâncias iriam determinando o arrastar da sua má sina; meio-Régulo, meio-Cristo, sofreria sem recriminações, numa rara fidelidade à pátria e à fé que dispensavam a proliferação dos milagres em vida e a presença física dos poderes celestes.

Rigorosamente, nenhuma outra personagem está à sua altura; no entanto, não será o titubeante D. Henrique quem dele mais se aproxima; o seu *adversário*, na honra, na coragem, na lealdade é Muley e, para que, como tal, ele seja acatado, pouco indicado seria condimentá-lo com comezinhos enredos amorosos, obrigá-lo, ainda que com as suas razões, a traiçoar o rei de Fez e a protagonizar a fúnebre e complicada trama do regresso a Lisboa dos ossos do Infante. Para se pautar por D. Fernando, bastava-lhe ser amigo do seu amigo, súbdito incondicional do seu soberano e de inequívoca proibidade no seu sentimento por Fénix.

Já, em Fénix, porém, vamos descobrir similitudes e desvios relativamente ao príncipe português; nela se concentram a melancolia, o temor

¹²⁴ CALDERÓN, *El Príncipe*, 267.

dos presságios, a instabilidade (pede por D. Fernando, embora não suporte a sua degradação física), mas conhece a constância no amor, não é destituída de benevolência, junta-se com facilidade a quem lhe é inferior; na sua formosura está espelhada a efemeridade da vida, na decadência do protagonista, a perenidade dos valores cristãos. Ele vale mais, temos disso a segurança, e assim lho faz saber, e, no entanto, pela seriedade dos seus propósitos, pela liberalidade do seu actuar, nunca um *travestimento* seu passaria pela mente de Calderón, que, noutro sentido, e, para não deixar cair a lição do justo conviver, nem a ela nem a Muley admitiria converter ao Cristianismo.

Isto, quanto às mais prestigiadas figuras do elenco.

Mas, por entre esta releitura de opções, passaram naturalmente fios da intriga; não todos, nem sobre todos fizemos tenção de opinar; há, porém, dois que parece acertado não deixar no olvido: a boa marcação das duas etapas no cativeiro do Infante e a troca dos prisioneiros árabes pelo corpo morto do prisioneiro cristão.

De uma (quase hipócrita) benevolência e mostras de consideração, passa-se à instalação de um regime de privações e torturas que não cessam de encadear-se em crescendo; se o contraste inclina para uma maior comiseração pela adversidade do cativo, inclina também para um melhor adentramento no ânimo do rei de Fez, afinal, e diferentemente do que talvez esperássemos, insensível à dor alheia e ao respeito devido a um recluso real.

Complementarmente, e até em termos de teatralidade, melhor achado se não encontraria para a remissão dos restos de D. Fernando; aquele que salvou (Muley) seria salvo, o amor que apadrinhou ficaria garantido, Fénix acabaria por entender o verdadeiro preço de um *homem morto*.

Preferências que admiramos, soluções que, à distância, saudamos como acertos de um grande autor.

Acertos que, aliás, não faltam e bem registados têm ficado por tantos leitores cativados por aquela *trágica* (?) história de amizade e sofrimento, de fé e patriotismo, de amor e interesses, toda ela concentrada nas belas mas austeras praias de África, onde as estrelas e as flores marcam a rotação dos dias, o seguimento dos anos e a inevitável disputa entre a vida e a morte.

O «Príncipe» de Calderón em terra portuguesa

A trajectória de *El Príncipe Constante* em terra portuguesa, com um bem português protagonista, apesar de ser espanhol o seu consagradíssimo autor, resume-se, infelizmente nuns quantos parágrafos.

Se à peça não alude D. Francisco Manuel de Melo, ao mencionar, sem a devida destringência, entre muitos outros, o nome do nosso dramaturgo, no *Hospital das Letras* (lembre-se que Calderón era talvez menos conhecido do que

Lope de Vega para quem ia direitinha a maioria das atenções),¹²⁵ já em 1666, ou seja dez anos mais tarde, deveria ela ser conhecida do público que regularmente aqui frequentava os pátios de comédias, uma vez que, ao seu título se recorre, em jeito de paródia, numa *Memoria de las mas famosas comedias*, divertida conciliação de designações de obras de teatro com fidalgos da corte portuguesa que, dos seus títulos, recebem os cognomes.¹²⁶

Para um tal D. Pedro de Lencastre, certa ou não porque dele nada sabemos hoje, vai a alcunha de *El Príncipe Constante*, naturalmente, como as restantes, apenas ousadamente submetida a sorridente julgamento porque se não desconhecia o texto que a indigitava; e conhecer o texto significava, naqueles idos de escassos meios de preencher os ócios e insignificante dedicação à leitura, com muitas probabilidades, ter assistido a uma representação de Companhia espanhola por aqui em digressão, como, aliás, era prática.

Passam os anos, muda o século, diversificam-se os apetites teatrais mas, entre os inúmeros folhetos de cordel, graças a atraente pesquisa de alguns investigadores actuais, hoje devidamente registados em catálogos, deparamos não só com uma possível prova da circulação do texto no original (haveria quem o lesse? continuaria em reportórios teatrais?), como com versões/adaptações portuguesas, *O Heroico Lusitano, Príncipe Constante e Martyr* (Lisboa, 179.) e *O Heroe Lusitano ou O Príncipe Constante, e Martyr* (Lisboa, 1794), sendo evidente que um dos adaptadores se serviu do escrito do outro, por serem pontuais e insignificantes as diferenças que os separam e ambos preferenciarem títulos que, embora contendo o de Calderón, bem sublinham a *lusitanidade de um mártir*.¹²⁷

Ainda que sem delongas, vale a pena tecer algumas considerações sobre estas *acomodações*, destinadas naturalmente ao entretenimento de um público popular ou pequeno-burguês que, se não era insensível à celebração dos seus heróis, apreciava sobretudo uma intriga recheada de peripécias, um final relativamente feliz (tanto quanto possível) e um pretexto para se rir, sendo que, neste caso, como noutros idênticos, também as *cenais* e as réplicas teriam de ser encurtadas e estas linguisticamente simplificadas.

Se só com um confronto textual seria correcto marcar diferenças e alterações e concluir sobre a (pouca) qualidade da mutilada adaptação, a verdade

¹²⁵ Ler os juízos relativos aos dois autores em D. Francisco Manuel de MELO, *Apólogos Dialogais*, II, *Hospital das Letras*, edição de Pedro SERRA, Braga/Coimbra, Angelus Novus, 1998. Calderón aparece referido entre muitos outros («otros mil») dramaturgos, sem qualquer apreciação particular (80).

¹²⁶ *Memoria de las más famosas comedias*, da autoria de um Sacristán de San Trocas, publicada muito mais tarde nas *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, Lisboa, Typografia da viuva Sousa Neves, 1888.

¹²⁷ Consultei *O Heroico Lusitano* numa *Collecção de Comedias*, II, s.l., s.d. que se encontra na BNL (L3000V).

é que, quanto a personagens, intriga e seus ingredientes, algo podemos apurar, começando por um relance, em circuito, ou seja, enlaçando a abertura e o termo da representação; retenhamos então que, ao iniciar-se o espectáculo, já D. Fernando se encontra no cativo, assim se omitindo o impacto do seu encontro com Muley, mas que, no seu fecho, se não perde por completo a feição calderoniana, sobretudo no que com a intervenção do protagonista tem a ver; isto é, duas são igualmente as suas aparições: na primeira, «abre-se a Nuvem, e se vê D. Fernando de Militar com hum faxo na mão»¹²⁸ para orientar D. Afonso V, na segunda, apelando para o resgate do corpo e ainda sem tudo adivinharmos sobre os casamentos apoteóticos, que rematam a acção, se apresenta o Infante «da mesma sorte de D. Affonso Henriques, e Soldados»;¹²⁹ nova, mas semelhante figuração que, no entanto, nos retira qualquer incerteza quanto à sua estatura de militar e de português dos *autênticos*.

Aludir a casamentos (no plural) obriga a introduzir de imediato uma das vertentes de um argumento que propositadamente, para servir gostos de época e de assistentes, se envolve em apreciadas complicações: Zara, alterada na sua funcionalidade dramática, é também pretendente de Muley (a par de Fénix, claro) e, para que nem ela nem os espectadores se entristeçam com o seu abandono, acaba noiva de Tarudante, o candidato desprezado à filha do rei de Fez; por seu turno, o criado gracioso (Lourenço, neste caso) esquece a sua prometida portuguesa e toma-se de amores por uma Moura, Turcalina, com quem irá contrair matrimónio cristão:

Senhores, humilde peço
licença para casar-me
com esta Moura pois quer
ir comigo a baptizar-se;
se D. Fernando morreo santo
eu desejo morrer mártir
pois aquelle que se caza
morre sempre deste achaque.¹³⁰

Indiscutível nesta fala, o registo cómico marcara, de resto, quase todas as atitudes e dizeres destes criados, como uma espécie de contraponto brejeiro para as sublimes atitudes e inquietações dos senhores.

As agruras do cativo convertem-se em caricatas pragas («fogo lhe de nas barbas e no pelo/que chegue a ser careca, sem cabelo/mas dores o percigão

¹²⁸ *O Heroico Lusitano*, 35.

¹²⁹ *O Heroico Lusitano*, 38.

¹³⁰ *O Heroico Lusitano*, 40.

de enxaqueca»),¹³¹ os diálogos amenos fazem esquecer a realidade das dores («Eu também quer que lhe diga/de ser tanto bem criado/fiquei sendo aassalvado/com esta grande barriga») ¹³² e até o motivo da fome tão tragicamente tratado pelo dramaturgo espanhol e, reconheça-se, aqui por vezes com seriedade aduzido, se transforma em convite para a risota:

(.....)
eu que esta pança criei
pela minha alarvaria
de comer as boas sopas
e boa carne moffiça,
o chouriço, o bom prezunto,
o bom melão, e melancia,
comendo já como os porcos
comem nas ruas sedições
não posso gostar do trato
cá da sua cometiva.¹³³

Se, quanto a divulgação teatral, por aqui nos quedamos até meados do século XX, sobre pareceres de entendidos ou pseudo-entendidos e sobre a opinião de convencidos censores algo se pode acrescentar para tempos um tanto mais recuados, ou seja, para os anos de oitocentos, em duas etapas faseadas.

Com o Romantismo, sabemo-lo bem, reabilita-se o grande teatro barroco espanhol que os teóricos do neo-classicismo, alheios aos favores do público, tanto tinham criticado pela sua libertação de regras e enfeixamento de temas.

Entre nós, embora um pouco tardiamente, sucederam-se os apontamentos valorativos, um tanto superficiais, às vezes, pouco atentos a obras concretas, outras vezes. De qualquer modo, apraz-nos saber que Alexandre Herculano admirava Calderón (unia o gosto do vulgo ao amor pela arte, o que faltava a Lope de Vega, admitia ele), que Rebelo da Silva era grato panegirista de *El Alcalde Zalamea* e de *El Médico de su Honra*, que Júlio César Machado se encantava com *La Hija del Aire* e com *A Secreto Agravio, Secreta Venganza*.¹³⁴

¹³¹ *O Heroico Lusitano*, 19.

¹³² *O Heroico Lusitano*, 7.

¹³³ *O Heroico Lusitano*, 10.

¹³⁴ Ocupei-me do assunto em «Teatro Espanhol e Teatro Francês: o Parecer Crítico dos Românticos Portugueses», *Estudos Ibéricos*, Lisboa, 1987.

Quanto a *El Príncipe Constante*, porém, teremos de esperar até 1881 para nos confrontarmos com os primeiros esboços de análise singularizada.

Nessa data se comemorou o segundo centenário da morte de Calderón, e houve até deslocções a Madrid de intelectuais como Ramalho Ortigão que delas nos deixou em *Terra Alheia, I*, uma bem humorada relação, com um simpático retrato da delegação estudantil portuguesa e muitas observações sobre o viver madrileno.

Por iniciativa de escritores portugueses e espanhóis, e à semelhança do que, um ano antes, se passara com Camões, vieram a lume algumas publicações conjuntas para honras ibéricas ao dramaturgo espanhol; é o caso de um *Album Calderoniano*, onde, por entre muito lugar comum encomiástico, patriótico ou patrioteiro, se privilegiam determinadas obras, entre as quais, *El Príncipe Constante*.

A perspectiva alterna então entre a gratidão pelo arranjo artístico de matéria portuguesa e o seu aproveitamento político para a censura implícita ao desleixo monárquico (o autor seria certamente um republicano, como muitos outros que nestas celebrações participaram) pelo Ultramar.

O recado aos soberanos de Portugal aponta para os conhecidos versos de um dos diversos diálogos entre o Infante e o rei de Fez:

Por qué no me das a Ceuta?
Porque no es mía.¹³⁵

Por seu turno, num número inteiramente dedicado ao dramaturgo (Maio, 1881), o semanário *A Civilização*, de Ponta Delgada, inclui, entre outros estudos, um dedicado a «Portugal e Calderón», da responsabilidade de Pacheco de Castro, onde tem jus a larga apresentação e a muitas transcrições o drama que nos vem ocupando; por um lado, coligem-se dados biográficos do Infante e relembram-se decisões das cortes de Leiria, por outro, aceita-se o desentendimento entre História e ficção, não se poupando elogios ao saber fazer calderoniano que, recorda-se com satisfação, ao próprio Schlegel contaminou.

Mais circunstanciado ainda, é o parecer crítico de José Silvestre Ribeiro que, em *Don Pedro Calderón de la Barca*, entre as seis peças analisadas, depois de largas considerações sobre vícios e virtudes do autor, distingue *El Príncipe*, como uma das mais conseguidas, pela habilidade na tecitura dos diálogos e no desdobramento da intriga, pelo aprendizado moral que inculca e pela harmonia rítmica da polimetria. Revelando atenta leitura da peça,

¹³⁵ *Album Calderoniano, Homenaje que rinden los escritores portugueses y españoles al esclarecido poeta Don Pedro Calderón de la Barca*, Madrid, Gaspar Editores, 1881, 70. Repare-se no corte da expressão es de Dios que não deixa de ser significativa em Calderón.

Silvestre Ribeiro é pródigo em transcrições que lhe possam dar razão e grangear a confiança do leitor.¹³⁶

As primeiras décadas do século XX portugueses esqueceram-se deste D. Fernando teatralizado; aliás, quase se esqueceram de Calderón, no que com representações ou estudos tem a ver.

Reapareceu o Infante em 1967, no Teatro Avenida de Lisboa (onde por então se apresentava a Companhia Rey Colaço-Robles Monteiro) em honesta tradução de Leopoldo Araújo, responsável por meia dúzia de cortes e pelo resumo de algumas réplicas (atitude aconselhada, por certo, pelo perfil dos novos espectadores), mas com o inegável mérito de ter procurado os efeitos da diversidade métrica, e encenação Pedro Lemos.

A crítica não foi, dum modo geral, muito elogiativa, ora fustigando a excessiva espectacularidade da direcção de actores e dos cenários (artifício dos trajes, dos gestos e do recurso exagerado a diapositivos), ora lamentando a falta de um texto explicativo para um referente tão longínquo, ora anotando a deficiente combinação da dicção moderna com a linguagem arcaica.

A verdade, porém, que também alguns críticos nos incitam a reparos, sobretudo quando à obra se referem como *menor* (que diriam Goethe e Schlegel?), ainda que possam ter alguma razão ao apontar o oportunismo de uma representação que punha em primeiro plano a defesa de uma praça africana, quando, em Portugal, se vivia uma guerra colonial sem futuro.

Pelo equilíbrio demonstrado, recapitemos algumas observações de Urbano Tavares Rodrigues:

Podemos pessoalmente não nos interessar tanto por este drama bélico-religioso, como pela filosofia e modernidade de *La Vida es Sueño*, mas reconhecemos que nele se exprime com vigor um conceito de vida como círculo místico e que (.....) essa espiritualidade fundamental do teatro de Calderón não se perde no espectáculo que ontem subiu à cena no Teatro Avenida.¹³⁷

Foi o ano de 2000 novo motivo para celebrações calderonianas (quarto centenário do nascimento) e Portugal a elas não quis ficar alheio.¹³⁸

Curiosamente, contudo, sem nelas ter pensado, Jorge Listopad, que desde a morte de Grotowski (1999), cogitava num belo projecto de encenação de *El Príncipe Constante*, decidiu nessa data avançar para o trabalho e dá-lo ao

¹³⁶ José Silvestre RIBEIRO, *Don Pedro Calderón de la Barca, rápido esboço da sua vida e escritos*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Ciências, 1881.

¹³⁷ *O Século*, 30 de Abril de 1967.

¹³⁸ Um colóquio na Faculdade de Letras de Lisboa, com participação portuguesa, espanhola e italiana, assinalou particularmente o acontecimento, independentemente de outras efemérides que se verificaram.

público no Teatro de Almada. A feliz coincidência reforçou o seu entusiasmo e, obviamente, facilitou a publicidade do espectáculo que, inclusivamente, se deslocou a Almagro, por alturas do grande festival de Julho.

Listopad explicou a sua leitura actualizadora num colóquio organizado paralelamente: acentuar a possibilidade de amizade entre mouros e cristãos, sem atraiçoar o texto (as personagens vestiam idênticos trajes, o cenário não mudava), incidir no contraste entre a beleza física ostensivamente marcada (Fénix) e o ideal de fidelidade a uma visão do mundo, qualquer que ela seja (Fernando), criar um narrador (uma fiandeira a marcar o rodar do tempo), proceder às indispensáveis supressões em réplicas demasiado longas, prescindir de figuras secundárias e de ornamentos sem peso significativo.¹³⁹

Muito boa, a tradução de Ernesto Sampaio, não foi infelizmente publicada mas, se ainda o vier a ser, trará um excelente contributo para o conhecimento, pelos portugueses, de uma obra é também um pouquinho nossa.

Maria Idalina Rodrigues

Abstract:

*Having as its main goal a list of Calderón de la Barca's possible sources in *El Príncipe Constante*, and the interpretation of his choices and refusals, the article reviews several reports on the figure of the Infante D. Fernando, prisoner in Fez, after the Portuguese defeat on the attempt to conquer Tangiers. It examines two dramatic works, which must not have been unknown to the Spanish author.*

Although most of the material is already known, there are some additions and at the same time the article tries a reinterpretation of previous analysed texts with emphasis on Camões' perspective, and takes advantage of studies or monographs subsequent to the work used as a starting point (1950).

As complementary information we offer an approach to the European success of Calderón's plays since German Romanticism. Further testimonies of Portuguese adaptations in the 18th century are collected, with some comments on current performances in Portugal.

¹³⁹ Foram publicados textos de apoio. Em conversa particular, Listopad confessou sempre se ter sentido muito pouco identificado com a representação de Grotowski. Julgo, aliás, pelos contactos feitos, que diferentemente do que aconteceu noutros países, o espectáculo não teve aqui grande impacto. Mário VILAÇA faz uma caracterização do teatro de Grotowski, enquadrado em tendências do teatro moderno, sem se referir a este espectáculo; no entanto, a fotografia, que apresenta, é a de uma cena sua (*Vértice*, 17, Coimbra, Junho, 1970).